



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

GABRIELA CUCOLO RABACHINI

O MITO VOLTOU: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO
POPULISMO EM JAIR BOLSONARO

FLORIANÓPOLIS

2023

GABRIELA CUCOLO RABACHINI

**O MITO VOLTOU: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO
POPULISMO EM JAIR BOLSONARO**

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva

FLORIANÓPOLIS

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cucolo Rabachini, Gabriela
O mito voltou : uma análise discursiva do populismo em
Jair Bolsonaro / Gabriela Cucolo Rabachini ; orientador,
Daniel do Nascimento e Silva, 2023.
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Análise do Discurso. 3. Populismo. 4.
Digitalização. 5. Discurso político. I. Nascimento e Silva,
Daniel do. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Gabriela Cucolo Rabachini

O mito voltou: uma análise discursiva do populismo em Jair Bolsonaro

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 29 de março de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Atilio Butturi Junior
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Walker Douglas Pincerati
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de Mestre atribuído pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva
Orientador

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

À minha grande avó, Terezinha, que é capaz de inundar os olhos de qualquer pessoa e que me ensinou, por só ser quem é, o poder da palavra dita com intenção.

Ao meu orientador, Daniel, com quem venho aprendendo desde o primeiro semestre do programa, por toda a paciência e dedicação. Aos professores Walker e Atilio, por aceitarem fazer parte da banca e contribuírem tanto com o meu trabalho.

Ao meu amigo e irmão de alma, Giovanni, pelos abraços à distância e por todos os silêncios que compartilhamos nos dias de caos e de desafogo. Ao Gui, por ser meu parceiro de casa desde o Campeche e, mesmo depois de tantas idas e vindas, irradiar aconchego de lar a cada troca. À Amandinha, por nunca deixar de me fincar sementinhas e por continuar a regar as nossas plantas. À Rafa, minha amiga de infância, que me inspira a continuar estudando e me faz querer cultivar os bons afetos. Ao Diti, por me lembrar da beleza de sentir, por falar sobre sonhos e sempre celebrar os meus. Aos meus vizinhos queridos, Anna, Marco e Matheus, pela música, pelos chás gelados e pela companhia quentinha.

Aos meus amados pais por, mesmo tão jovens, terem feito o que podiam para me expor às oportunidades que eles não tiveram. À Natalie, por ter me apoiado incondicionalmente. Ao Jhonny, ao Gael e ao Ravi, meus irmãos mais novos, por me encherem de alegria e de vida. À Ema, minha irmã, por ser minha confidente, aprendiz e instrutora. Ao Antônio e à Teresa, meus avós maternos, por serem meus maiores exemplos de fé, paciência e bondade.

Ao Jack, por ter compartilhado todos os meus desafios diários nos últimos dois anos, por ter me escutado falar incessantemente sobre cada tópico da dissertação, e por acalantar minhas angústias. À Annie e ao Dave, por todo o apoio e conforto nos últimos dias do processo de escrita.

À minha tia Tati que, de forma tão doce e sutil, me incentivou desde pequena à leitura e me despertou tantas curiosidades sobre o universo da fantasia e o mundo real. À Taís, minha madrinha brilhante, que é minha grande referência de mulher independente e trabalhadora.

À Amanda Gondim e às voluntárias do projeto do Todas por Ela, por serem transformação e por rechearem o meu caminho de força, coragem e propósito. Aos colegas do Emancipa, pela oportunidade de vivenciar, pela primeira vez do lado de lá, a educação crítica e emancipadora. Aos defensores, servidores e estagiários da Defensoria Pública da União (DPU),

por terem sido família em Minas Gerais. Aos meus professores e professoras de São José do Rio do Preto, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em especial à eterna Ana Flora Pagliarini, à Gláucia, ao Luiz Gustavo, à Tânia, à Isabel, à Mariana, à Shirlei, ao José e minha querida orientadora da graduação, Daniela de Melo Crosara, por cada pequeno e grande ensinamento, e por serem meus guias.

*Amo ver-te assim fagueira, minha lua brasileira,
qual menina lisonjeira, que promete e foge e ri.*

Maria Firmina dos Reis

RESUMO

Esta dissertação de mestrado, alicerçada na teoria do discurso populista de Ernesto Laclau (2005), teve como objetivo investigar padrões discursivos associados à ascensão política do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no contexto da digitalização. Para tanto, foram relacionados os conceitos laclaunianos de *vagueza*, *demanda social*, *afeto*, *significante vazio*, *postura antissistema* e *articulação do inimigo* (LACLAU, 2005) com estudos sobre *ethos* e performance cômica (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004; HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016 apud SILVA, 2020), digitalização na política (DJICK, 2013; MILLER, 2018; BLOMMAERT, 2022) e a (re)produção da gramática bolsonarista nas redes sociais (CESARINO, 2019, 2020, 2022). O *corpus* de análise foi composto por dois pronunciamentos oficiais de Bolsonaro, os quais marcaram, respectivamente, o início e o fim de seu mandato presidencial: um realizado no ato da posse em 1º de janeiro de 2019 e o outro após a sua derrota eleitoral em 1º de novembro de 2022. De forma a traçar paralelos e complementar as menções presentes nos textos, foram incluídos ao *corpus* de análise trechos de seu plano de governo e excertos de entrevistas, postagens e outras declarações públicas. Os resultados obtidos demonstram uma aproximação da teoria laclauniana ao *corpus*, de modo que impera uma lógica discursiva populista na ascensão de Jair Bolsonaro como figura política articulada, sobretudo, pela presença do digital.

Palavras-chave: Análise do Discurso; populismo; digitalização; discurso político.

ABSTRACT

This dissertation, based on Ernesto Laclau's (2005) theory of populist discourse (2005), aimed to investigate discursive patterns associated with the political rise of former Brazilian president, Jair Messias Bolsonaro in the context of digitalization. To this end, Laclau's concepts of vagueness, social demand, affection, empty signifier, anti-system posture and articulation of the enemy (LACLAU, 2005) were related to studies on ethos and comic performance (MAINGUENEAU, 2004; 2008; CHARAUDEAU, 2004, 2006; HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016 apud SILVA, 2020), digitization in politics (DJICK, 2013; MILLER, 2018; BLOMMAERT, 2022) and the (re)production of Bolsonaro's grammar on social media (CESARINO, 2019, 2020, 2022). The *corpus* is consisted of two official announcements made by Bolsonaro, which highlighted the beginning and end of his presidential term: one made during his inauguration on January 1, 2019 and the other after his electoral defeat in November 1, 2022. In order to draw parallels and complement the texts, excerpts from his government plan, interviews, posts and other public statements were included. The results obtained demonstrate an approximation between Laclau's theory and the *corpus*, indicating that a populist discursive logic prevails in the rise of Jair Bolsonaro as a political figure especially articulated by the presence of the digital.

Keywords: Discourse Analysis; populism; digitalization; political discourse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ‘A zuera não pode parar!!!’	29
Figura 2 - Marketeiros do Jair	41
Figura 3 – Jair Bolsonaro “reposta” apoio de cantor sertanejo	44
Figura 4 – Manifestantes protestam contra o aumento da tarifa do ônibus e metrô em São Paulo em 6 de junho de 2013	49
Figura 5 – Mais de um milhão de pessoas comparece aos novos protestos em 388 cidades do Brasil	50
Figura 6 – Capa do Plano de Governo (Jair Bolsonaro)	56
Figura 7 – Página 37 do Plano de Governo (Jair Bolsonaro)	57
Figura 8 – Linhas de Ação do Plano de Governo (Jair Bolsonaro)	60
Figura 9 – PSOL, PT e Pcdob	69
Figura 10 – Postagens em um mês (setembro de 2015).....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Planos de Governo (2018).....	55
Quadro 2 – Ideologia na cerimônia de posse	62
Quadro 3 – Pronunciamento oficial de Jair Bolsonaro após derrota eleitoral.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso
CF/88 – Constituição Federal (Brasileira) de 1988
CN – Congresso Nacional
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
DF – Distrito Federal
DH – Direitos Humanos
DOU – Diário Oficial da União
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PL – Partido Liberal
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
SD – Sequência Discursiva
STF -Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUS – Sistema Único de Saúde
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	20
1.1.ELEITOS E ELEITORADO: NOTAS SOBRE DEMOCRACIA, HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	20
1.2.A CONSTRUÇÃO DO MITO: ETHOS, COMICIDADE E DISCURSO	25
CAPÍTULO 2	31
2.1.ANÁLISE DO DISCURSO E O PAPEL DO ANALISTA	31
2.2. POPULISMO E DISCURSO EM LACLAU E MOUFFE	33
2.3.DIGITALIZAÇÃO E POLÍTICA: FRAGMENTOS E REFLEXÕES	39
2.4.POPULISMO DIGITAL: DEMANDAS POPULARES NO UNIVERSO DA POPULARIDADE ALGORÍTMICA.....	43
CAPÍTULO 3	48
3.1.DEMANDAS POPULARES E A SOLIDIFICAÇÃO DO “POVO”: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	48
3.2.VAGUEZA COMO MÉTODO: UM OLHAR PARA O PLANO DE GOVERNO	54
3.3.O PRONUNCIAMENTO DE POSSE: IDEOLOGIA, DEUS, SISTEMA E RECONSTRUÇÃO	60
3.4.A GRAMÁTICA BOLSONARISTA NAS REDES SOCIAIS	67
3.5.VAGUEZA E SILÊNCIOS APÓS DERROTA: CONFRONTOS E PARALELOS	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88

ANEXO A – DISCURSO DE POSSE NO CONGRESSO NACIONAL.....	93
ANEXO B – DISCURSO DE POSSE NO PALÁCIO DO PLANALTO	99

INTRODUÇÃO

No dia 8 de janeiro de 2023, os jornais de todo o Brasil transmitiam a mesma notícia: naquela tarde de domingo, centenas de pessoas invadiam a Praça dos Três Poderes na cidade de Brasília. Os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal foram tomados e depredados por uma multidão que, em sua maioria, vestia a camiseta da seleção brasileira de futebol e carregava a bandeira nacional nas costas. Os indivíduos, que se autodeclaravam “patriotas” e pediam por uma intervenção militar para derrubar o presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), eram apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

A conduta das forças de segurança do Distrito Federal e da Força Nacional, até o momento de escrita deste trabalho, é controversa: os agentes não foram capazes de conter a invasão, o que resultou em salas reviradas, móveis quebrados, documentos queimados e até na destruição de obras de arte. Dois dias após o atentado, mais de mil pessoas haviam sido presas – algumas foram autuadas por crimes de menor potencial ofensivo e liberadas, enquanto outras foram encaminhadas às penitenciárias da região para serem julgadas por crimes contra o patrimônio público e cultural e o Estado Democrático de Direito. Internacionalmente, o evento foi comparado ao que aconteceu nos Estados Unidos em 2021, quando simpatizantes do ex-presidente republicano Donald Trump invadiram o Capitólio, em Washington, deixando cinco mortos. Em ambos os casos, os invasores recusavam-se a reconhecer o resultado das eleições e os líderes de extrema-direita foram considerados omissos. O professor Rafael R. Ioris, do Departamento de História da Universidade de Denver, ao traçar paralelos entre a postura dos ex-presidentes¹, afirmou que “a culpa é de Bolsonaro por não ter desmobilizado, desde o primeiro dia, os atos em frente aos quartéis do Brasil”.

Desde a divulgação do resultado oficial das eleições, em 30 de outubro de 2022, os apoiadores do presidente derrotado foram às ruas para pedir que as Forças Armadas anulassem a votação e assumissem o poder. Inicialmente, organizaram bloqueios em rodovias estaduais e federais em diversas cidades do Brasil, ateando fogo em pneus para impedir a circulação de

¹ Entrevista de Ioris à Anadolu em 9 de janeiro de 2023 reproduzida pelo jornal *Correio Braziliense*. Disponível em: www.correio braziliense.com.br/brasil/2023/01/5064614-comunidade-internacional-condena-o-capitolio-tupiniqum. Acesso em: 1 fev. 2023.

pessoas. Embora ainda fosse o presidente em exercício durante os atos, Bolsonaro permaneceu em silêncio por quase 48 horas e, quando finalmente se pronunciou, não ordenou que seus seguidores interrompessem os atos, tampouco reconheceu a vitória eleitoral do candidato da oposição – comportamento que se manteve até a sua saída do Brasil aos Estados Unidos, poucos dias antes do fim de seu mandato. A atuação tímida do chefe do Presidente da República foi criticada, inclusive, por seus antigos aliados. O ex-ministro da Secretaria de Governo de Bolsonaro, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, afirmou² que o fato de o presidente não ter se manifestado por dois meses após a derrota eleitoral era “inaceitável”, criticou o que foi, em suas palavras, uma “viagem de fuga” e disse que não o considerava “de direita”, mas sim “um populista”.

Quatro anos antes, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro, então eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), apresentava o seu discurso de posse presidencial no Palácio do Planalto. Acompanhado de sua esposa, Michelle Bolsonaro, e de seu vice-presidente, general Hamilton Mourão, ele se apresentou à população na cerimônia que foi amplamente televisionada pela mídia brasileira. Durante a sua exposição, teceu comentários acerca do contexto histórico-social enfrentado pelo país no período que o antecedeu, retomando as suas propostas como governante e os seus compromissos com o povo. São as suas primeiras palavras:

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). 2019)

Anunciou, então, uma nova era para o país: aquela livre da inversão de valores, fruto da “ideologia socialista”, a suposta grande inimiga do povo. Ao longo de sua fala, Bolsonaro abordou temas tais como a “família”, tomada como alicerce da nova sociedade; os valores “judaico-cristãos” como formadores da cultura nacional; o “enfrentamento à crise econômica e à corrupção”, tidos como elementos por aqueles que o antecederam; o “restabelecimento da ordem”, a partir do combate às “ideologias nefastas” da esquerda; e, por fim, encerrou com o bordão da sua campanha eleitoral, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Palavras de esplendor para muitos, e um espetáculo de aberrações para muitos outros – em qualquer caso, é incontestável que a figura de Jair Bolsonaro abalou o país. Nos faz lembrar Getúlio Vargas e tantos outros líderes afamados por ambas as vias do amor e do ódio. É uma figura que escapa à

² Ex-ministro chefe da Secretaria de Governo, Carlos Aberto dos Santos Cruz, em entrevista à CNN em 4 de janeiro de 2023. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-nao-e-de-direita-e-um-populista-diz-general-santos-cruz/. Acesso em: 1 fev. 2023.

neutralidade e, certamente, não será tão facilmente esquecida na história. Mas o que o trouxe até aqui?

São muitas questões que circulam em torno da popularidade do candidato. A ascensão de partidos conservadores e de extrema-direita, assim como a expansão da agenda neoliberal, é um fenômeno que tem acontecido em vários cantos do mundo, não apenas nos Estados Unidos com Trump (2017-2021), mas também com Viktor Órban (desde 2010) na Hungria, Mauricio Macri (2015-2019) na Argentina, Rodrigo Duterte nas Filipinas (2017-2022), entre tantos outros.

A popularização dos computadores e *smartphones*, além disso, trouxe uma nova fisionomia à política. Nas últimas duas décadas, a produção e a disseminação da informação cresceram em uma velocidade e escala jamais vistas – qualquer pessoa com acesso à internet pode consumir, produzir e difundir uma infinidade de materiais no mundo digital. Ao navegarmos no ciberespaço, seja para fazer pesquisa, compras ou socializar, estamos sujeitos ao compartilhamento de informações pessoais para diversos fins. Nossos dispositivos móveis nos rastreiam e fazem criar necessidades de realização pessoal, engajamento e consumo. As redes sociais e a tecnologia algorítmica, nesse sentido, estabelecem um fluxo multilateral de propagação de conteúdo, regido por mecanismos inéditos e, por vezes, estranhos aos próprios usuários.

Naturalmente, a pluralidade de fontes e a estruturação diversificada dos sistemas de entrega de informação possibilitam um terreno fértil para polarizações. Durante a crise sanitária causada pela pandemia do corona vírus, por exemplo, diversos países foram divididos entre pessoas que acreditavam – ou não – na eficácia das vacinas. No Brasil, parte da sociedade comemorava a “conquista da ciência”, enquanto muitos outros recusavam-se a lê-la, certos de que seriam rastreados por microchips dentro de um plano maligno da “nova ordem mundial”. Em outras palavras, na era da digitalização, a relativização e o conspiracionismo podem ser parte de quase qualquer assunto. Nesse cenário, ao mesmo tempo que, simbolicamente, nos tornamos mais independentes na forma de consumir informação, ficamos mais expostos à circulação de notícias falsas e ao enclausuramento informacional – já que, muitas vezes, as próprias tecnologias determinam, dentro de uma vasta multiplicidade de dados disponíveis, quais informações iremos receber.

No âmbito da política, como efeito desse amplo contexto de reconfiguração dos modos de veicular e receber a informação, a imprensa tradicional tem perdido sua posição de

centralidade, enquanto a construção e a manutenção de mídias alternativas para captação de eleitorado passam a ser uma estratégia quase que obrigatória para líderes e partidos que buscam concorrer a uma eleição. Diante disso, percebemos que a vitória eleitoral de líderes conservadores e de extrema-direita são fenômenos que reciclam o passado, mas operam a partir de ferramentas inéditas e, por isso, requerem novas estratégias de análise.

No caso de Bolsonaro, o agenciamento do espaço virtual teve um papel fundamental não apenas para a sua eleição presidencial, como também para a organização do ataque à Praça dos Três Poderes em Brasília, após a sua derrota, e, sobretudo, para a construção do que se convencionou chamar de “bolsonarismo”, ou seja, o movimento que eclodiu com a sua ascensão. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, buscar compreender, através da Análise do Discurso, alguns aspectos da ascensão de Jair Bolsonaro que corroboraram para a formação e o desenvolvimento do bolsonarismo no plano discursivo, em especial no que diz respeito ao populismo digital – não com o propósito de esgotar o tema (o que seria inatingível), tampouco estabelecer uma verdade sobre o discurso do líder, mas de levantar hipóteses pontuais que possam contribuir com a literatura já existente.

Para tanto, selecionamos como *corpus* de análise o seu discurso de posse presidencial, em 1º de janeiro de 2019 no Palácio da Alvorada, e o pronunciamento público após a sua derrota eleitoral, realizado em 1º de novembro de 2022 no mesmo local – ou seja, os discursos oficiais que marcaram o início e o fim de seu mandato na Presidência da República. Através da teoria sobre hegemonia e o discurso populista de Ernesto Laclau (1985, 2005, 2011) e Chantal Mouffe (1985, 2018), traçaremos paralelos entre os dois textos, bem como as suas condições de produção e efeitos discursivos, movimentando conceitos laclaunianos como vagueza, significante vazio, afeto, inimigo, articulação e postura antissistema, os quais serão responsáveis por determinar os níveis de análise e a divisão metodológica deste trabalho. De modo a complementar as ideias laclaunianas sobre populismo (LACLAU, 2005) e adaptá-las aos fenômenos que compõem a realidade do *corpus*, trabalharemos com autores que discutem a digitalização, o ativismo algorítmico e, mais especificamente, o populismo digital (DJICK, 2013; CESARINO, 2019; MILLER, 2018; MALY; BEEKMANS, 2018; JACQUEMET, 2019; BLOMMAERT, 2022).

No primeiro capítulo, trataremos reflexões introdutórias sobre o tempo, o espaço e a persona do *corpus*. Com base nas ideias sobre história e memória em Foucault (2019 [1969]) e memória discursiva em Pêcheux (1999), abordaremos alguns pontos sobre a trajetória da

democracia (BOBBIO, 1985) e do autoritarismo no Brasil (SCHWARCZ, 2019; ANDERSON, 2019), os quais podem ser relevantes para pensar as eleições de 2018 (NOBRE, 2020) e, de modo geral, a relação entre os eleitos e o eleitorado brasileiro. Depois, relacionaremos a ideia de *ethos* em Dominique Maingueneau (2004; 2008) e Patrick Charaudeau (2004; 2006) à comicidade discursiva e característica de *bullshitter* (HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016; JACQUEMET, 2019; BLOMMAERT, 2022; apud SILVA, 2020) presentes na trajetória política de Jair Bolsonaro como elementos fundamentais para a construção da sua popularidade enquanto deputado federal.

Os pressupostos teóricos sobre o populismo e a digitalização serão debatidos no segundo capítulo. Inicialmente, traremos alguns conceitos básicos para o estruturalismo de base saussuriana (SAUSSURE, 1997) e para a Análise do Discurso (MUSSALIM, 2001), que serão importantes para a compreensão da teoria sobre hegemonia e o discurso populista de Laclau (1985; 2005) e Mouffe (1985), desenvolvida no tópico seguinte. Na parte final do capítulo, articularemos a relação entre a teoria laclauniana do discurso e a digitalização na Antropologia e na política (MILLER, 2018; JACQUEMET, 2019; BLOMMAERT, 2022), abordando conceitos como o ativismo algorítmico (DJICK, 2013), a percepção de popularidade (MALY; BEEKMANS, 2018) e o populismo digital no Brasil (CESARINO, 2019, 2020, 2022).

O capítulo final, composto por cinco tópicos, será dedicado à análise do *corpus*. Nos dois primeiros, de modo a introduzir e complementar os estudos sobre o discurso de posse presidencial de janeiro de 2019, apresentaremos uma breve leitura das manifestações de 2013 (IASI, 2013; GOHN, 2014; NOBRE, 2022) e do plano de governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” submetido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018 como, respectivamente, partes simbólicas do processo de equivalência de demandas sociais no Brasil e da vagueza como resposta e atributo fundamental do discurso populista de Jair Bolsonaro (LACLAU, 2005). Nesse sentido, ao analisarmos o pronunciamento inaugural, movimentaremos as ideias laclaunianas sobre vagueza, sistema e articulação do inimigo (KLEMPERER, 1947 apud FARACO, 2020), bem como a aparição da ideologia e da religião, no ato da posse, como legitimadoras da posição do governante (ZÚQUETE, 2017; DEHANAS; SHTERIN, 2018, FINCHELSTEIN, 2020). Na sequência, a fim de compreendermos o último discurso oficial e, em especial, as menções à “censura das redes sociais” e aos “movimentos populares” após a derrota eleitoral, confrontaremos as ideias populismo e digitalização, discutidas no capítulo anterior, com a presença e a construção da gramática de Bolsonaro e seus apoiadores na internet (SAMPAIO; SILVA, 2017; CESARINO, 2019; VARIS, 2020;

TRAUMANN, 2020). Por fim, traremos esse pronunciamento classificado em sequências discursivas, através das quais retomaremos os elementos previamente discutidos e versaremos, também, sobre a ambiguidade como método (LOTTA, 2020; ROCHA, 2021; ALMEIDA, 2022).

CAPÍTULO 1

O capítulo inicial desta pesquisa trará algumas reflexões relativas ao tempo e ao espaço do *corpus*, ou seja, a ascensão de um líder populista de extrema-direita na sociedade brasileira após a redemocratização. A partir das ideias sobre história e memória em Foucault (2019 [1969]) e memória discursiva em Pêcheux (1999), retomaremos alguns pontos importantes para a compreensão da trajetória da democracia (BOBBIO, 1985) e do autoritarismo no Brasil (SCHWARCZ, 2019; ANDERSON, 2019), bem como a trajetória política, *ethos* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) e comicidade discursiva (HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016; SILVA, 2020) do ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

1.1.ELEITOS E ELEITORADO: NOTAS SOBRE DEMOCRACIA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Neste tópico, será feita uma breve retrospectiva da trajetória da democracia formal³ (BOBBIO, 1985) no Brasil, a partir de duas obras da historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, intituladas *Brasil, uma biografia* (2015) e *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), e *Brazil Apart: 1964-2019* (2019), do historiador inglês Perry Anderson. Serão resgatados alguns dos principais momentos de formação, transição e crise política, da proclamação da independência ao Golpe Militar de 1964.

A retomada desses acontecimentos tem como objetivo introduzir uma reflexão sobre memória, percurso e identidade política do eleitorado brasileiro. Como mencionamos, o foco desta pesquisa é o populismo de base laclauiana presente no discurso bolsonarista – e não exatamente o autoritarismo, ou a não-democracia. No entanto, para compreender com maior profundidade as estratégias discursivas e postura antissistema da persona que Bolsonaro projeta ao seu eleitorado, como veremos adiante, é fundamental questionar as posições que o

³ No campo da ciência política e da filosofia, a definição de democracia não é unívoca. Nesta pesquisa, utilizaremos o conceito de *democracia formal* desenvolvido pelo filósofo italiano Norberto Bobbio. Para Bobbio (1985), uma democracia real deveria ser duplamente formal e substancial. Em linhas gerais, *democracia formal* refere-se ao conjunto comportamental de princípios universais, como a pluralidade de instituições e o frequente revezamento da classe política através do exercício do voto universal, os quais buscam promover a *democracia substancial* – esta, por sua vez, definida como o resultado de um processo democrático bem-sucedido. Importante notar que, para Bobbio, a ocorrência de uma democracia concomitantemente formal e substancial é utópica.

autoritarismo, o poder militar, o desarranjo político e o Estado de exceção ocupam na história e na memória da sociedade brasileira.

Não é que a história seja idealmente evolutiva ou prescritiva – pelo contrário, nesta pesquisa partimos do pressuposto de que ela é descontínua, e a sua análise é feita de rupturas, disputas e esquecimentos. O ponto é que, inevitavelmente, toda nação constrói para si mesma alguns mitos básicos que, em conjunto, têm a capacidade de produzir o sentimento de pertencimento em uma sociedade, e no caso brasileiro, marcado por diversas ocasiões nas quais o Estado funcionou na base da exceção, a referência de ordem política é frágil (SCHWARCZ, 2019). Sobre a distinção entre memória e história, Schwarcz explica:

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele devotar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente. (SCHWARCZ, 2019, p. 19-20).

Na análise do discurso francesa, acontecimento histórico e memória discursiva também ocupam lugares diferentes. Enquanto a memória representa a possibilidade de repetição ou a estabilização de um discurso, o acontecimento seria o que modifica os enunciados. Como explica Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Em seu texto *A arqueologia do saber (2019 [1969])*, o filósofo francês Michel Foucault propõe uma forma de pensar e estudar a história que preserva a sua forma descontínua. Ele argumenta que a história linear, em sua forma tradicional, empenha-se em “memorizar” monumentos do passado, transformando-os em documentos e fazendo com que falem quando, por si mesmos, nem sempre são verbais ou produzem rastros. A descontinuidade, por outro lado, possibilita uma análise fluída que, ao invés de reconstruir uma cadeia de memórias, pode estabelecer quadros de diferença. Nesse sentido, como alternativa à linearidade engessada, Foucault propõe a dissolução das disciplinas em saberes, de tal modo que possam ser agrupados os seus diferentes discursos, tornando possível investigar de quais maneiras se confrontam, ou como certas formas de saber se tornam esquecidas, enquanto outras se consagram historicamente.

Na arqueologia, o arqueólogo é quem escava e, através dos objetos encontrados por meio de sua escavação, reconstrói a história em sua singularidade e em sua dispersão. Mais do que memorizar ou privilegiar uma cadeia de monumentos, a descontinuidade nos permite questionar relações. E é através da ideia da multiplicidade de saberes e de relações interdiscursivas que Foucault propõe os conceitos de *enunciado* e *discurso*. Utilizando a figura de um livro, explica:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco; em qualquer um dos casos, a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica. (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 28).

O discurso, assim como o livro, não possui margens rígidas – apesar de sua própria autonomia, está sempre preso em um sistema de remissões e é “[...] constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (que tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 32).

Se o discurso é constituído pelo conjunto de enunciados, para Foucault (2019 [1969]), os enunciados são acontecimentos discursivos que não podem ser esgotados pelo sentido, ou pela língua e que, apesar de serem únicos, apenas se constituem através de uma relação com outros enunciados, e estão sempre abertos à repetição, transformação e reativação. O autor propõe, então, a seguinte abordagem para pensar a história e o discurso:

Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 46).

Nesta pesquisa, portanto, ao relacionarmos história e discurso, não pretendemos detectar uma linearidade prescritiva dos fatos, tampouco prever uma repetição inevitável. Como sugere *A arqueologia do saber*, nos propomos, através das noções teóricas da análise do discurso e do populismo, a compreender os enunciados na singularidade de sua situação, questionar as suas condições de existência, estabelecer correlações com outros enunciados e mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2019 [1969], p. 34). Do mesmo modo, a presença

de outras áreas do saber no decorrer da pesquisa é uma necessidade metodológica essencial de seu percurso – empenhado, sobretudo, em descrever, relacionar e questionar. Sendo assim, os acontecimentos narrados a seguir descrevem algumas das crises políticas que ocorreram no âmbito do Poder Executivo durante o percurso da democracia formal (BOBBIO, 1985) brasileira, e têm o propósito de, nos próximos capítulos, dialogar com o formato e as condições de produção do *corpus*.

No Brasil, a república não veio com a proclamação da independência. Apesar das revoltas separatistas que vinham acontecendo nas últimas décadas, o território brasileiro apenas deixou de ser colônia do Reino de Portugal em 1822, quando a Europa vivia um contexto de crise, e o português D. Pedro I, após diversos desentendimentos com a família real, autodeclarou-se imperador do Brasil – ou seja, o ato final não foi fruto de uma guerra nacional de independência, tampouco pode ser considerado uma conquista do povo brasileiro (SCHWARCS, 2019). O Primeiro Reinado foi marcado por diversas tentativas de D. Pedro I de centralizar o poder. Começou vetando o texto constitucional que havia sido escrito em 1823, ordenando a dissolução da Constituinte. Apelidado por muitos de “O Libertador” por ter tornado o país independente, durante o governo, o imperador passou a almejar poderes mais amplos e criou diversos conflitos internos e externos, que não foram amenizados durante o Período Regencial e o Segundo Reinado.

Então, um golpe organizado por militares e civis expulsou a família real do Brasil, instaurando a república em novembro de 1889 – ponto em que se inicia a história da democracia formal brasileira. Com Marechal Deodoro da Fonseca na presidência, o Brasil havia se tornado um país laico, no qual era possível escolher os representantes, já que a nova Constituição estabelecia o “sufrágio universal” – ainda que a Igreja como instituição ainda exercesse uma grande influência nas decisões políticas, e o direito ao voto fosse para, “universalmente”, todos os homens, maiores de 21 anos, que não fossem analfabetos, indígenas, mendigos, soldados rasos ou integrantes do clero (SCHWARCZ, 2019). Nesse sistema, a escolha dos representantes operava-se pelo “voto de cabresto”, no qual os coronéis lançavam mão de sua força econômica e militar para controlar eleitores – também chamados de “curral eleitoral” – e eleger seus apadrinhados políticos. Em outras palavras, livre das ordens do monarca, na república a elite militarizada, e os próprios militares, haviam encontrado uma forma mais livre de exercer o poder – situação que perdurou por mais de 40 anos.

Em 1932, enfim, foi garantido o direito ao voto secreto. No entanto, foi somente em 1945 que os brasileiros o exerceram – já que na última década a jovem república havia sido interrompida por um outro governo autoritário, o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas. Em sua primeira eleição secreta, a sociedade brasileira elegeu o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que anos depois apoiou ativamente a Ditadura de 1964. Então, na segunda eleição, foi eleito ninguém menos que Getúlio Vargas – o ditador recém deposto – para governar outra vez.

Vargas não termina o mandato e se suicida em 1954. Até as próximas eleições, sucederam-no os vices Café Filho, por um ano, Carlos Luz, por três dias, e Nereu Ramos, por dois meses, e então, finalmente, tivemos 5 anos de governo democrático e relativamente estável com a eleição de Juscelino Kubitschek. Na sequência, Jânio, outra renúncia, Jango, e um outro golpe de Estado apoiado por militares que, desta vez, paralisou a democracia por mais duas décadas em 1964.

Essa retrospectiva nos faz pensar sobre como o percurso da democracia no Brasil é embrionário. Além da proclamação da república ter sido tardia e inexpressiva, as décadas seguintes foram cheias de conflitos, renúncias, crises representativas e golpes civis-militares. O historiador inglês Perry Anderson, em sua obra *Brazil apart: 1964-2019*, observa que as Forças Armadas no Brasil são um caso à parte no mundo pois, eximidas de combates externos, têm uma grande vocação para a repressão dentro de casa (ANDERSON, 2019).

Observamos quem desde a chegada dos portugueses, o exercício do poder na sociedade brasileira tem estado muito restrito às mãos daqueles que têm controle econômico e bélico – a Coroa, a elite, e os militares (SCHWARCZ, 2019). Lilia (2019) observa que os escândalos de corrupção e o cenário político permeado por representantes ultrapoderosos que utilizam da sua posição para benefício próprio parece, apenas, compor uma parte importante da nossa identidade e, nesse sentido, complementa:

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, aparecem na cena política brasileira. Desde o início da nossa breve República, se foram vários os momentos de maior normalidade política, não foram poucas as ocasiões em que a regra democrática foi descumprida e o Estado funcionou na base da exceção. (SCHWARCZ, 2019, p. 18)

Se a história é, por definição, inconclusa, a memória como forma de entendimento do passado nos auxilia a compreender o tempo e o espaço desta pesquisa. Como aponta Lilia

(2019), o descumprimento da ordem democrática e o funcionamento do Estado na base da exceção são elementos que reaparecem continuamente na breve história da democracia formal brasileira; enquanto a presença militar na política é uma peça que compõe a trajetória do Poder Executivo desde a instauração da república e, em conjunturas de crise ou transição política, é muitas vezes posicionada como parte restauradora da ordem – a que proclamou a independência, a que presidiu o Executivo por décadas, a que expulsou a ameaça comunista de Jango.

Portanto, a partir das abordagens metodológicas propostas (FOUCAULT, 2019 [1969]; PÊCHEUX, 1999; BOBBIO, 1985; SCHWARCZ, 2019), movimentamos esses eventos em torno da análise central deste trabalho, isto é, a ascensão de um líder que, embora promova o desregramento da ordem constitucional, é capaz de captar um eleitorado significativo em uma sociedade de memória identitária frágil, historicamente permeada pela instabilidade política, pelo Estado de exceção e pela presença militar como parte restauradora da ordem. Se as margens do discurso são indeterminadas e cheias de remissões, assim como as de um livro, como nos ensina Foucault (1999), as marcas de crise e transição ocorridas ao redor da cena do Poder Executivo brasileiro não podem ser ignoradas ao estudarmos o eleitorado brasileiro e os seus dizeres, ou a forma populista de fazer o político construída – ou reconstruída – por Jair Bolsonaro.

1.2.A CONSTRUÇÃO DO MITO: ETHOS, COMICIDADE E DISCURSO

No segundo tópico deste capítulo, falaremos sobre a construção da figura de Jair Bolsonaro no período que antecedeu a sua candidatura à Presidência da República em 2018, movimentando os conceitos de discurso e memória discursiva (FOUCAULT, 2019 [1969]; PÊCHEUX, 1999), discutidos no tópico anterior, *ethos* em Dominique Maingueneau (2005), (2008) e Patrick Charaudeau (2006), e performance cômica (HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016; SILVA, 2020).

Recapitularemos alguns elementos de sua trajetória política e suas declarações de maior visibilidade midiática, ocorrida durante a sua carreira no Congresso Nacional, para que, depois, possamos discutir de quais formas se relacionam a sua aproximação afetiva com uma parcela mais conversadora do eleitorado. Refletir a comicidade do ex-deputado federal, tanto como motor de afinidade, quanto como indulto para manifestações falaciosas, preconceituosas e

anticientíficas, contribui não apenas para o estudo discursivo no nível da identidade, mas também para a análise da interação entre representantes e representados, que será feita no último capítulo desta pesquisa.

Na Análise do Discurso proposta por Charaudeau e Maingueneau (2004), o conceito de *ethos* nasce das noções aristotélicas (*ethos, pathos, logos*), como sendo a imagem de si, ou um componente de credibilidade e reputação presente do discurso do enunciador. No entanto, para os dois linguistas (2014), o *ethos* em análise do discurso difere-se da ideia desenvolvida pelo filósofo grego por não ser uma escolha necessariamente deliberada ou intencional, tampouco uma propriedade exclusiva do sujeito que enuncia.

Retomando o conceito de discurso e memória discursiva (FOUCAULT, 1999; PÊCHEUX, 1999) como um sistema de remissões, podemos compreender que o *ethos*, como noção discursiva, não é uma imagem do locutor exterior à sua fala, mas um processo fundamentalmente interativo de influência sobre o outro, que é construído através do discurso; é uma noção sócio-discursiva que está subordinada à situação comunicativa na qual a interação se inscreve e integrada em uma conjuntura sócio-história (MAINGUENEAU, 2008).

Se o *ethos* é construído também pelo olhar do outro sobre aquele que fala, ele deve englobar não apenas os dados relativos ao momento da enunciação, mas também os dados trazidos pelo próprio interlocutor antes da fala, como esclarece Charaudeau (2006):

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de quem se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Nesse sentido, para Charaudeau (2006), o *ethos* está sujeito à essencialização das representações sociais, ou seja, quando aquele que fala busca exprimir uma determinada identidade, é possível que os indivíduos que o assistem projetem nele as suas próprias ideias, singulares e estereotipadas, relacionadas aos dados que possuem sobre aquela identidade, uma vez que “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários discursivos” (CHARAUDEAU, 2006, p. 117).

Maingueneau (2008), por sua vez, embora defenda uma relação rigorosa entre *ethos* e enunciação, nota também que ele mantém uma estreita relação com os saberes anteriores à fala,

sejam eles vinculados ou não ao enunciador. A imagem prévia que um auditório pode ter do falante, ou a representação do locutor no momento anterior à fala, é denominada *ethos prévio* ou *pré-discursivo* e está frequentemente no fundamento da construção do discurso – ao enunciar, pode consolidá-la ou atenuá-la (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Diante disso, passamos a contemplar o *ethos* em Jair Bolsonaro. Em 1990, após ter sido vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), Bolsonaro alavancou a sua carreira política ao ser eleito como Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro. No entanto, sabe-se que por mais de duas décadas foi um completo anônimo no Congresso Nacional: como deputado, não ocupou nenhuma posição de destaque; tampouco apresentou ou dirigiu qualquer projeto relevante para o país. O seu nome, porém, começou a ser reconhecido ao longo dos anos quando jornais e canais de televisão veiculavam algumas de suas entrevistas, sobretudo pelas declarações polêmicas que fazia à comunidade LGBTQ+, mulheres, negros e à ditadura militar⁴.

Em novembro de 2010, ao ser entrevistado para um programa da TV Câmara, fez uma apologia explícita à violência corretiva contra homossexuais: “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui, olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem”. Não havia sido a primeira vez que o deputado fazia esse tipo de comentário, embora a imprensa brasileira, até o momento, destinasse pouca atenção a ele. Em maio de 2002, por exemplo, ao se pronunciar sobre o apoio que ex-presidente Fernando Henrique Cardoso havia dado à união civil de casais homoafetivos, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, declarou “não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”. E, como mencionado, o discurso de ódio contra a população LGBTQ+ era apenas uma das categorias do seu vasto leque

⁴ Todas declarações mencionadas neste tópico foram compiladas na reportagem da Revista Congresso em Foco, na edição de dezembro de 2017, disponível em: congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/tudo-o-que-voce-emprespre-quis-saber-sobre-bolsonaro-mas-tinha-medo-de-perguntar/, e podem ser checadas nos canais oficiais listados abaixo:

“Se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (2002) em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, disponível no canal oficial www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1905200210.htm. Acesso em 24 set. 2022.

“Preta, eu não (...) lamentavelmente é o teu” (2011) no programa CQC. Disponível em: oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755. Acesso em 24 set. 2022.

“Sou preconceituoso, com muito orgulho” (2011) em entrevista para a Revista Época. Disponível em: evistaepoca.globo.com/revista/epoca/0,,emi245890-15223,00-jair+bolsonaro+sou+preconceituoso+com+muito+orgulho.html. Acesso em 24 set. 2022.

“O erro da ditadura foi torturar e não matar” (2016) para a Rádio Jovem Pan. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 24 set. 2022.

de ofensas. Poucos meses depois, em março de 2011, ao ser questionado pela cantora Preta Gil sobre o que faria se o seu filho se apaixonasse por uma negra, em um programa de televisão humorístico, o Custe o Que Custar (CQC), respondeu “Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”. No mesmo ano, em entrevista à Revista Época, afirmou “sou preconceituoso, com muito orgulho”.

No que se refere às cenas de enunciação, como vimos em Maingueneau (2008), notamos que o “conservadorismo cômico” de Jair Bolsonaro não se restringe aos programas humorísticos. Tanto no CQC, quanto na TV Câmara, ou dentro do próprio Congresso Nacional, as falas de Bolsonaro carregam – como ele próprio afirma depois, em sua campanha presidencial – a identidade de um homem conservador, protetor da família e dos valores cristãos. A reafirmação de seus valores pessoais, mesmo que em tom de piada, tem sido presente nos mais diversos canais, sejam eles institucionais ou não.

Em relação à Ditadura Militar, que interrompeu a democracia no Brasil por mais de duas décadas e promoveu em larga escala a censura, a prisão política, o exílio, entre tantos outros, Jair Bolsonaro é categórico ao demonstrar seu apoio. Algumas de suas frases mais controversas sobre o tema são “não houve golpe militar em 1964”, em entrevista ao programa Roda Vida, em julho de 2018, e “o erro da ditadura foi torturar e não matar”, em julho de 2016 ao participar do Programa Pânico da Rádio Jovem Pan. Esses são apenas algumas das várias declarações controversas vinculadas ao nome de Jair Bolsonaro, na época em que fora deputado federal. Mesmo depois de ter alcançado a presidência, o ex-militar se coloca como um grande defensor do antigo regime tendo, inclusive, determinado ao Ministério da Defesa a “comemoração” os 55 anos do golpe militar, durante o seu mandato, em 2019.

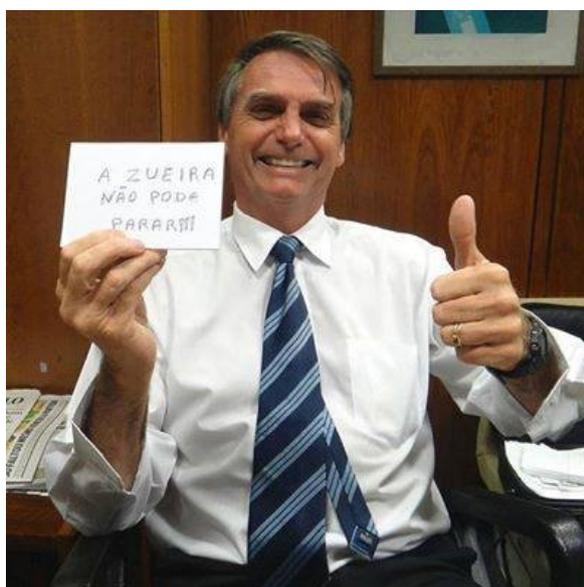
Em seu trabalho *A pragmática do caos: analisando a linguagem antidemocrática de Bolsonaro*, Daniel N. Silva (2020) analisa como tais declarações, midiaticizadas como performances cômicas, o tornaram famoso enquanto deputado federal. Retomando a análise semiótica de Hall, Goldstein e Ingram (2016), que investigou o sucesso da candidatura do ex-presidente Donald Trump nos Estados Unidos, Silva (2020) argumenta que a performance cômica de Jair Bolsonaro é fundamental para compreender a persona que ele projeta para o público: um “homem do povo”, que diz o que pensa, faz piada sobre tudo, e se opõe à linguagem politicamente correta, que havia sido adotada por seus antecessores Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A falta de seriedade de Bolsonaro diz muito sobre

a sua relação com a verdade, podendo ser relacionada à revisão literária feita por Jacquemet (2019), sobre a diferença entre um *mentiroso* e um *bullshitter*⁵ (SILVA, 2020).

Em linhas gerais, é dizer que, performando uma persona não-séria, Bolsonaro não tem um compromisso estabelecido com a verdade – isto é, com acontecimentos ou fatos científicos, por exemplo – o que permite uma série de declarações falaciosas, misóginas, racistas, homofóbicas, entre outras, que são muitas vezes retratadas como “chacota”. Essas declarações aproximam da figura de “um homem do povo que fala o que pensa contra as instituições; um capitão reformado que traria de volta a ordem e as leis para um sistema político e civil corrupto; um político cujas piadas racistas não são nada além de brincadeira com o passado escravocrata do Brasil” (SILVA, 2020, p. 518, tradução nossa).

Vejamos o caso de uma foto postada⁶ pela página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook, em 28 de março de 2014, com a seguinte legenda “Bolsonaro Zuero 3.0: Fanpage que fala de política de forma bem-humorada. Uma oportunidade para dar boas risadas!”:

Figura 1 – “A zueira não pode parar!!!”



Fonte: Página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook

Na foto, Bolsonaro, vestindo roupa social em um ambiente que parece ser o seu local de trabalho, sorri e segura um bilhete com a mensagem “a zueira não pode parar!!!”. Na legenda,

⁵ *Bullshitter* do inglês, vem da palavra “bullshit”, uma gíria que significa “mentira, bobagem, besteira”. A diferença semântica, portanto, entre um mentiroso e um *bullshitter*, proposta por Jacquemet (2019) e reproduzida por Silva (2020), seria a de “alguém que fala mentiras”, em contraposição com “alguém que fala bobagem”. (tradução nossa)

⁶ Disponível em: [facebook.com/photo/?fbid=303088466506813&set=bolsonaro-zuero-30-fanpage-que-fala-de-pol%C3%ADtica-de-uma-maneira-bem-humorada-uma-](https://www.facebook.com/photo/?fbid=303088466506813&set=bolsonaro-zuero-30-fanpage-que-fala-de-pol%C3%ADtica-de-uma-maneira-bem-humorada-uma-). Acesso em 30 de nov. de 2022.

a recomendação de uma página feita por seus apoiadores, dedicada a retrata-lo como “brincalhão” – ou seja, o olhar do outro sobre aquele que fala, incorporado e reproduzido pelo enunciador (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004). Nos comentários do post, diversas pessoas já o chamavam de “épico, mito, rei dos memes” e traziam mensagens de apoio, inclusive a sua candidatura à presidência, o que só ocorreu 4 anos depois.

De fato, uma grande parte dos posts de Jair Bolsonaro no início de 2014 eram memes⁷ sobre seus opositores e sobre sua própria postura antissistema. No capítulo 3 desta pesquisa, ao falarmos sobre a análise do nível da identidade, observaremos a ocorrência deste fenômeno e os seus efeitos antes, durante e após as eleições presidenciais de 2018. Por enquanto, atendendo aos fins desta contextualização, abreviamos que, em sua trajetória política enquanto deputado federal, o *ethos* de Jair Bolsonaro se relaciona a um universo de conservadorismo cômico.

⁷ O uso do termo *meme* foi originalmente extraído da obra *O gene egoísta* (1976) de Richard Dawkins, na qual o descreve como um substantivo que transmite uma unidade de informação e que se transmite através da repetição em uma determinada cultura. Na internet – e neste trabalho – o termo é usado para se referir a imagens que reutilizam satiricamente ideias, pessoas ou eventos em um determinado contexto para produzir humor, e que se espalham rapidamente através do compartilhamento nas redes sociais.

CAPÍTULO 2

Este capítulo é dedicado à revisão dos pressupostos teóricos que sustentam a nossa pesquisa e será dividido em três partes. Em primeiro lugar, discutiremos brevemente o papel do analista e alguns pilares do pensamento estrutural (SAUSSURE, 1997) que contribuíram para o nascimento da Linguística e, posteriormente, da Análise do Discurso (MUSSALIM, 2001). Esses conceitos são importantes para o desenvolvimento e a compreensão da teoria sobre o discurso populista de Ernesto Laclau (2005), que será abordada no segundo tópico. Por fim, serão articulados alguns preceitos da Antropologia Digital para discutir a relação entre a digitalização e a política (DJICK, 2013; CESARINO, 2019; MILLER, 2018; MALY; BEEKMANS, 2018; JACQUEMET, 2019; BLOMMAERT, 2022).

2.1. ANÁLISE DO DISCURSO E O PAPEL DO ANALISTA

Antes de partirmos para os pressupostos teóricos específicos utilizados neste trabalho, discutiremos alguns conceitos básicos do estruturalismo saussuriano que, posteriormente, serão de extrema importância para a compreensão da teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e, na sequência, trataremos algumas reflexões sobre Análise do Discurso (doravante, AD) e o papel do analista.

As elaborações teóricas do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) têm um papel especial nesta pesquisa. Não apenas porque foram primordiais para o surgimento da Linguística, mas também porque, como mencionado, estão muito presentes na atual Teoria do Discurso do cientista político argentino Ernesto Laclau. O pensamento estrutural de Saussure, além de trazer novos conceitos para as diversas questões da linguagem, tratou de explicá-la como fenômeno fundamental para a constituição de todos os outros saberes. São fartas as contribuições de Saussure para a Linguística e, conseqüentemente, para a Análise do Discurso.

Neste trabalho, nos limitaremos a comentar a teoria dos signos e da diferença, a fim de mostrar a sua reprodução na teoria laclauiana. De maneira sucinta, os signos podem ser definidos como imagem acústica (significante) a união de sentido (significado). O significado existe a partir de relações opositivas, ou seja, no sistema de sentidos em que se insere “cada elemento é o que os outros não são” (SAUSSURE, 1997). Complementa:

A ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (SAUSSURE, 1997, p. 132.)

Dizer que um signo só se estabelece através da relação diferencial com os outros signos é dizer, em sentido mais amplo, que a identidade só se constitui através da estrutura. E essa é a base do importante pensamento estruturalista, muito presente na AD, em Laclau como veremos adiante, e também na filosofia, psicologia e diversas outras áreas do pensamento contemporâneo.

Além do estruturalismo de base saussuriana, outros pilares fundadores da AD são a filosofia marxista e a psicanálise lacaniana. No contexto de luta de classes, a teoria da AD surge vinculada à política e à noção de ideologia binária, isto é, dominante e dominados. Na transição para o século XXI, porém, a AD adquire um olhar heterogêneo e multifacetado, voltado à observação dos fenômenos de causa e efeito dos discursos. Assim, na AD contemporânea, conservam-se as máximas: i) as condições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações; ii) a identidade é pautada na relação com o Outro; e iii) o objeto de análise não é o conteúdo de um discurso, mas as condições de produção de um discurso (MUSSALIM, 2001). Devemos lembrar que, para a AD, o discurso é um objeto teórico que agrega fenômenos observáveis como, por exemplo, textos. As diferentes teorias em AD, por sua vez, podem conceber esse objeto e analisar os seus fenômenos a partir abordagens diversas. O analista do discurso, porém, não deve se preocupar com as “entrelinhas” de um texto, tampouco concluir se os sujeitos estão “certos” ou “errados”. O verdadeiro objetivo da AD é questionar, por exemplo, “qual é a grade léxica e semântica que esse grupo utiliza para defender a sua teoria?” ou “quais são as condições que possibilitaram o surgimento dessa teoria?”. O papel do analista é, portanto, selecionar um espaço discursivo e, a partir de uma abordagem específica, formular hipóteses para, então, protegê-lo e descrevê-lo nos parâmetros daquele quadro teórico.

Dito isso, a partir da teoria do discurso populista proposta por Laclau, faremos uma análise de alguns textos que compõem o discurso bolsonarista, analisando-os e descrevendo-os a partir de uma hipótese de correlação entre teoria e discurso.

2.2. POPULISMO E DISCURSO EM LACLAU E MOUFFE

Neste tópico, iremos apresentar a teoria sobre hegemonia e discurso populista de Ernesto Laclau (1985, 2005, 2011) e Chantal Mouffe (1985), movimentando alguns de seus conceitos que serão fundamentais para a análise do *corpus*, tais como vagueza, povo, demanda, articulação, momento, significante vazio, princípio de descentramento do sujeito, processo catacrético e demanda social, democrática e popular.

O termo populismo vem sendo utilizado para descrever um conjunto de práticas ou um comportamento político há, pelo menos, um século. Na Rússia e nos Estados Unidos, por exemplo, a palavra foi empregada no final do século XIX para descrever o incentivo e a transferência do poder político à pequena agricultura. No entanto, foi somente no contexto do pós-guerra que o populismo passou a ser objeto de estudo das ciências sociais (STAVRAKAKIS, 2017). Diversos autores como Richard Hofstadter (1955), Fernando Henrique Cardoso (1962), Alistair Hannessy (1969), Gino Germani (1971), e Francisco Weffort (1978) buscaram analisar o populismo como um fenômeno que acontecia, sobretudo, nos países da América Latina.

De acordo com Stavrakakis (2017), resguardadas as especificidades de cada um dos autores, o populismo foi compreendido em uma lógica que pressupunha a existência de um processo universal e unidirecional de modernização, sendo concebido à época como o resultado de um conjunto de falhas e vinculado negativamente às crises políticas enfrentadas pelos países latino-americanos. Nos últimos anos, parte da literatura especializada tem se dedicado à revisão das teorias inaugurais sobre o tema, de modo que ainda não há um consenso sobre o que seja o populismo. O teórico argentino Ernesto Laclau, reconhecido por sua obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) em coautoria com Chantal Mouffe, desprendendo-se da lógica dicotômica atraso/modernização e a luz dos escritos sobre hegemonia, propôs-se a investigar o populismo não como anomalia, mas como uma das formas de fazer política. A obra *A razão populista*, publicada pelo autor em 2005, oferece uma extensa metodologia para a compreensão do funcionamento discursivo do populismo – e é não apenas pela proximidade do autor argentino com o contexto brasileiro, mas também por sua abordagem discursiva do populismo que o escolhemos como aporte para este trabalho e, com isso, e passamos a discutir a sua teoria.

Como vimos no tópico anterior, as ideias de Ferdinand de Saussure, após mais de um século da publicação do *Curso de Linguística Geral*, já sofreram diversas críticas, naturalmente, mas sua importância é inquestionável. Ernesto Laclau, em *Hegemonia e Estratégia Socialista*

(1985) e *A Razão Populista* (2005), por exemplo, teceu diversas críticas à teoria marxista e ao estruturalismo, propondo uma nova teoria do discurso – mas, assim como tanto outros teóricos pós-saussurianos, apesar das críticas, Laclau utiliza a teoria dos signos e da diferença de Ferdinand Saussure para fundamentar um dos principais pontos de sua teoria:

Saussure afirmou que não existem termos positivos na linguagem, mas unicamente diferenças – uma coisa é o que é somente por meio de suas relações diferenciais com outras coisas. E aquilo que é verdadeiro em relação à linguagem concebida em estrito senso é também verdadeiro em relação a qualquer elemento significativo (isto é, objetivo): uma ação é aquilo que é somente através de suas diferenças relativas a outras ações possíveis e a outros elementos – palavras ou ações –, que podem ser sucessivos ou simultâneos. Em minha perspectiva, não existe algo que vá além do jogo das diferenças, nenhum fundamento que, a priori, privilegia alguns elementos do todo em detrimento dos outros. (LACLAU, 2005, p. 117)

Portanto, para começarmos a compreender o que Laclau diz sobre o discurso, é fundamental ressaltar que, de acordo com o autor, a noção saussuriana de diferença pode ser aplicada, também, aos fenômenos sociais.

. A relação entre discurso e realidade social é outro ponto de partida muito importante para a compreensão da teoria de Laclau e Mouffe. Enquanto o pensamento positivista, por exemplo, assume que existe um mundo objetivo, que pode ser acessado pelo analista de forma neutra, os pós-estruturalistas – como Laclau e Mouffe – por outro lado, argumentam que a realidade social só existe e é acessível através da construção e do discurso, de modo que não há limites rígidos entre discursivo e extra discursivo (LACLAU, 2005).

A partir disto, passamos a explorar, então, alguns conceitos centrais de sua teoria. O primeiro deles é o *princípio de descentramento do sujeito*. De acordo com Laclau (2005), a complexidade das relações contemporâneas amplifica, cada vez mais, a dinâmica de construção dos sujeitos. A crítica de Laclau recai no fato de que, ao refletir a identidade e as posições que os sujeitos poderiam ocupar no contexto de luta de classes, a teoria marxista partiu de uma premissa essencialmente binária – a relação entre dominantes e dominados – ideia que influenciou o surgimento das primeiras teorias em AD, mas que é inadequada para pensar as sociedades contemporâneas. Ao contrário do que prevê a teoria marxista, portanto, Laclau sugere que não há apenas um centro fixo constituidor das identidades responsável por determinar toda a organização social, mas uma vasta pluralidade de centros. O princípio de descentramento dos sujeitos, portanto, propõe que ao investigar ao investigar um discurso, ou o funcionamento de uma estrutura social, é necessário considerar uma pluralidade de posições a serem ocupadas pelos sujeitos (LACLAU, 1985).

O discurso, nesse sentido, pode ser definido como “o terreno primário no qual a realidade se constitui” ou a “a totalidade estruturada que emerge da prática articulatória” (LACLAU, 1985, p. 116). Para compreender a primeira definição, é importante lembrar os autores partem do pressuposto de que a linguagem é constituidora da realidade e, portanto, ela só existe dentro do discurso. Pode haver existência fora do discurso, mas não é possível que haja significação (LACLAU, 1985). Por exemplo, os outros planetas do nosso sistema solar existem há bilhões de anos. No entanto, foi somente a partir do momento em que foram descobertos pelos seres humanos, e nomes foram-lhes atribuídos, em um processo negativo de significação, que eles passaram a constituir a nossa realidade. Do mesmo modo, temos um nome para “planeta” e outro para “estrelas” porque a sua identidade está pautada na diferença, numa lógica de relação com outros elementos. Enfim, para Laclau (1985), o discurso também é um complexo de elementos que se dão a partir das relações que estabelecem entre si.

Em *Razão Populista* (2005), sintetizou que:

Por discurso, como tentei esclarecer várias vezes, não tenho em mente algo que é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mas quaisquer conjuntos de elementos no quais as relações desempenham o papel constitutivo. Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo racional, mas se constituem através dele. (LACLAU, 2005, p. 117)

Nesse sentido, ao dizer que o “discurso é a totalidade que emerge da prática articulatória” (LACLAU, 1985), a *articulação* é entendida como um processo de fixação de significados, que associa *momentos em posições de diferença*.

Trazendo essa perspectiva para campo social, o discurso é representativo de uma série de *demandas* – outro conceito fundamental de sua teoria do discurso e do populismo (LACLAU, 1985). Antes de prosseguirmos com a explicação, porém, é fundamental pontuar uma característica importante sobre o populismo laclauiano.

Em *Razão populista* (2005), Laclau faz uma revisão crítica da literatura existente sobre o populismo da época, e sobre a “psicologia das massas” na psicanálise. De acordo com o autor, diante da lógica de oposições, distinções e matrizes (também proposta, sobretudo, pelo marxismo), estabeleceu-se equivocadamente que o populismo seria um dos “fenômenos políticos aberrantes”, ou seja, que se afasta do normal, do natural, da verdade.

Ao contrário, defende que para começar a entender o populismo, é preciso “resgatá-lo de sua posição marginal no interior do discurso das ciências sociais” (LACLAU, 2005, p. 123), ou seja, afastá-lo desse lugar de anomalia. Esse resgate, por sua vez, não é uma tentativa de

encontrar “o verdadeiro” sobre o populismo, tampouco de vinculá-lo às práticas da direita, da esquerda, ou de qualquer vertente específica, mas de mostrar que ele é simplesmente uma forma de construir o político.

Assim, para explicar a construção da lógica populista, ele propõe uma unidade mínima de análise – a mencionada *demanda*. Em linhas gerais, a *demanda social* é um conceito que abrange *demandas democráticas* e *demandas populares*. Para Laclau, (2005) demandas democráticas são solicitações ou pedidos isolados dirigidos a um órgão específico, enquanto demandas populares são reivindicações diversas que se articulam em uma relação de equivalência. Vejamos o exemplo apresentado pelo próprio autor:

Imagine uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas periferias de uma grande cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais, e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma demanda que inicialmente talvez seja apenas uma solicitação. Se ela for atendida, o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com água, a saúde, a escola e etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo diferenciado (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia facilmente ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas (LACLAU, 2013, p.123).

Portanto, o acúmulo de demandas sociais não atendidas cria essa cadeia de equivalência; e, como consequência, uma fronteira interna, que divide a sociedade em dois campos: o “povo”, e o “poder”. Ou seja, as demandas populares podem vir a constituir o “povo”, a subjetividade social. Relacionando o conceito de demandas populares à teoria da diferença de Saussure, Laclau explica que:

[...] num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema. Esse último fato é o que estabelece o laço entre uma variedade de lutas e mobilizações concretas ou parciais – todas são vistas como relacionadas entre si, não porque seus objetivos concretos estejam intrinsecamente ligados, mas porque são encaradas como equivalentes em sua confrontação com o regime repressivo. O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum (LACLAU, 2011, p.73).

Temos, portanto, duas pré-condições para a formação do populismo: 1) a articulação das demandas, que possibilita a emergência do povo; e 2) a fronteira antagonista que separa “povo” e “poder”. O terceiro elemento marca o momento de constituição do “povo” do “populismo”: 3) a unificação dessas várias demandas numa cadeia de equivalências, cristalizada em uma identidade discursiva, que ultrapassa um mero sentimento de solidariedade.

O populismo representa, então, não apenas construção do povo contra o seu inimigo, mas mais do que isso: é um processo de construção de identidades coletivas, marcadas pela centralidade da ideia de povo, em uma totalidade que emerge da prática articulatória, ou seja, o discurso (LACLAU, 2005).

Vejamos, por exemplo, a disputa política pelo significado do termo *ditadura militar* no contexto brasileiro. Para uns, a significante *ditadura militar* (i) refere-se a um período nebuloso da história, iniciado por um golpe político, no qual uma série de direitos fundamentais foram colocados em risco; enquanto, para outros, o mesmo termo pode vir a indicar (ii) um período de ordem e prosperidade econômica, iniciado por uma revolução que desenvolveu o país. A identidade, portanto, é definida por uma rede contínua de elementos identificadores, de modo que *deslocamentos* são situações que criam uma desestrutura (LACLAU, 2005). Eis a importância do ponto de encontro da diferença e da equivalência, de acordo com o autor:

Por um lado, toda identidade social (isto é, discursiva) é constituída no ponto de encontro da diferença e da equivalência, assim como as identidades linguísticas constituem a sede das relações sintagmáticas de combinação e das relações paradigmáticas de substituição. Por outro lado, existe um desnível essencial no social, pois, como vimos, a totalização requer que um elemento diferencial assuma a representação de uma totalidade impossível. (LACLAU, 2005, p. 114)

Assim, é preciso que o campo popular se consolide a partir da produção de “significantes vazios”. Em uma lógica similar a que prevê Foucault (1969) no estudo da arqueologia, em Laclau (2005), a chamada “operação hegemônica” ocorre quando uma das demandas articuladas passa a representar o discurso popular – que é incomensurável em relação a essas mesmas demandas. Um exemplo clássico é a campanha das Diretas Já, em 1984, quando a demanda por eleições diretas se tornou um “ponto articulador” para diversas outras demandas.

Nesse sentido, “vagueza” (como ausência de valor causada pela sobreposição de diversos valores distintos) e “indeterminação” não podem ser consideradas fraquezas do populismo. Pelo contrário: são fatores da sua própria condição de existência (LACLAU, 2005).

Isso é: ao invés de contrapor ‘vagueza’ a uma lógica política madura governada por um alto grau de determinações institucionais precisas, nós devemos começar nos perguntando uma série de questões diferentes e mais básicas: ‘não seria a ‘vagueza’ dos discursos populistas uma consequência de a realidade social ser, em certas situações, vaga e indeterminada?’ E neste caso, ‘não seria o populismo, ao invés de uma operação política e ideológica grosseira, um ato performativo caracterizado por uma racionalidade própria – o que significa dizer que, em algumas situações, a vagueza será uma pré-condição para a construção de significados políticos relevantes?’ (LACLAU, 2005, p. 17-18)

Inversamente, a proposta sugere um questionamento importante: como podemos esperar, em uma realidade social indeterminada, uma lógica política com alto grau de determinação? Se as demandas dirigidas às instituições são substancialmente populares, ou seja, reivindicações díspares que se articulam em uma lógica de equivalência, é coerente que a forma de construir o político seja articulada em um grau de correspondente indeterminação.

Existe, assim, um “processo catacrético”, ou seja, significantes perdem seu sentido original, mas ainda assim significam. Nomeia-se o que não se sabe nomear, ou o que é impossível de ser nomeado, mas ao mesmo tempo é necessário nomear. Laclau (2005) descreve que o fenômeno linguístico (a ocorrência de catacreses contínuas) é a própria forma política de constituição do social. E significantes vazios são essenciais nesse processo, porque homogeneizam o espaço social – que é, essencialmente, heterogêneo, vago e impreciso (LACLAU, 2005).

Para Laclau (2005), o “povo” do populismo não é a totalidade dos membros de uma comunidade, mas uma parte da sociedade (plebs), como por exemplo a soma dos “excluídos”, que tomou para si a representação do todo. Não é um mero dado social, mas uma categoria política. É sempre uma construção discursiva: pode ser o discurso dos mais pobres contra os mais ricos, ou dos nacionais contra os estrangeiros, dos nacionalistas contra os “traidores da pátria”, e assim por diante (LACLAU, 2005). O povo é “resultado de um complexo processo de construção que, entre outras possibilidades, pode não alcançar o seu objetivo” (LACLAU, 2005, p. 123).

A lógica de equivalência, que cria a identificação e dá unidade do grupo, associa-se à centralidade da figura do líder no populismo. O líder é a unificação simbólica; o nome do líder é esse significante vazio que exerce a tarefa de sintetizar a experiência populista. O “enigma populista” resume-se, afinal, no nome do líder: um significante vazio por excelência (LACLAU, 2005). No entanto, Laclau (2005) observa que o populismo não pode ser resumido à relação entre liderança política e povo, ainda que a relação afetiva em torno do nome do líder seja fundamental para a constituição da lógica do populismo. Ele conclui, na verdade, que essa forma de construção do político não é rígida – ela comporta diversas variações, e “não há nada de óbvio no populismo” (LACLAU, 2005, p. 123).

Embora tenha sido escrita há quase 20 anos, a teoria de Laclau para o populismo nos permite analisar o contexto brasileiro contemporâneo. É interessante notar, porém, que quando

Laclau escreveu *A razão populista* (2005), a digitalização não permeava o campo político tão vigorosamente quanto nos últimos cinco anos.

No próximo tópico, antes de adentrarmos no tema da Antropologia Digital, faremos uma breve reflexão sobre os impactos da digitalização na organização social e os seus efeitos discursivos, sobretudo no campo político.

2.3.DIGITALIZAÇÃO E POLÍTICA: FRAGMENTOS E REFLEXÕES

A popularização dos computadores na década de 90 marcou o início de uma revolução informacional e organizacional. Com um *smartphone*, podemos ter acesso a qualquer tipo de informação em tempo real na palma da mão. Podemos falar com qualquer pessoa, mesmo que em outro continente, e nos conectar com completos desconhecidos sob o véu de uma identidade artificial. As tecnologias de comunicação digital, além de engrandecerem as possibilidades de interatividade e mobilidade, alteram a própria natureza da interatividade, transformando nossos referenciais de espaço, pertencimento e relações sociais – e, nesse contexto, as habilidades linguísticas passam a ocupar um lugar indispensável (JACQUEMET, 2019).

Com as redes sociais, possibilitamos o desenvolvimento de comunidades cada vez mais heterogêneas. O sistema de algoritmos conta com uma inteligência que permite identificar e orientar nossos desejos inconscientes – com as estratégias de *marketing* amparadas por estudos psicológicos, neurológicos e comportamentais – moldam o nosso agir em direção à necessidade de consumo e, nesse processo, entregar um determinado tipo de informação (MILLER, 2018). Na prática, temos que os anúncios exibidos no Twitter de uma consumidora adolescente que se interessa por moda, por exemplo, seriam completamente distintos daqueles exibidos no perfil de um consumidor adulto que se interessa por carros. Ao trazermos esse movimento para o campo político e comunicacional, podemos perceber que o acesso à informação ocorre a partir de mecanismos inéditos. Se há menos de três décadas a comunicação entre representantes e representados ocorria majoritariamente através dos meios de comunicação de massa – como a televisão e o rádio – na era digital, são diversas as formas de, sem quase qualquer mecanismo de mediação, produzir, receber e compartilhar o conteúdo político.

A pandemia da covid-19, nesse contexto, maximizou não apenas o uso – no sentido literal, isto é, a quantidade de horas que as pessoas passam em seus computadores e

smartphones – da internet, como também fez proliferar a desconfiança nas ciências e nos meios tradicionais de comunicação. De acordo com Cesarino (2022), a internet não foi responsável por criar polarização, o conspiracionismo, a hesitação vacinal ou os distúrbios de saúde mental e que, pelo contrário, nenhuma tecnologia jamais foi capaz de inventar novas realidades do zero. Em seu livro *O mundo do avesso: o ecossistema do negacionismo*, defende que:

Para descrever esses processos emergentes, novos termos foram criados e antigos, resgatados, muitas vezes em descompasso com o entendimento dos próprios atores: populismo, pós-verdade, negacionismo, conspiracionismos, guerra híbrida, entre tantos outros. Por outro lado, temos a estranha sensação de que não há, no fundo, novidade alguma. Isso também está correto. Afinal, nada do que existe hoje foi criado do zero: são transformações a partir do que já existia. (CESARINO, 2022, p. 13)

Cesarino (2022) propõe que, para compreender os novos fenômenos alavancados pela internet, devemos ser capazes de olhar para suas mediações e infraestruturas particulares, abandonando tanto a visão neutra da tecnologia (no sentido de que ela seria apenas um canal e a fonte real dos problemas é exclusivamente social), quanto a visão determinística (de que ela seria capaz de controlar os processos sociais).

Entre os estudiosos que buscam investigar como os novos meios de comunicação têm afetado as sociedades democráticas, está o linguista belga Jan Blommaert (2022). De acordo com Blommaert, para compreendermos os discursos políticos na era pós-digital, é necessário renunciar aos modelos tradicionais de comunicabilidade, que percebiam a comunicação entre representantes e representados como linear (BLOMMAERT, 2022). Como mencionado, há poucas décadas, os agentes políticos se relacionavam com a população através das mídias tradicionais, como jornais, televisão, rádio, entre outros. No entanto, com a digitalização, a comunicação passa a ser muito mais fragmentada e distribuída – os próprios papéis de emissores e receptores não são mais os mesmos. Ao discorrer sobre um novo modelo para a compreensão das novas formas de comunicação política, Blommaert (2022) também observa que esses novos grupos de emissores e receptores são muito mais segmentados, efêmeros e dinâmicos e, além disso, as próprias tecnologias tornam-se produtoras de mensagem política, uma vez que os algoritmos são capazes de selecionar, individualmente, a informação que será transmitida ao eleitor.

Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil tivemos alguns fenômenos que evidenciam o argumento de Blommaert (2020), como o grupo “Marketeiros do Jair”, movimento composto por apoiadores que se dedicavam a fazer, gratuitamente, propaganda política para o candidato através das redes sociais.

Figura 2: Marketeiros do Jair



Fonte: Marketeiros do Jair no Facebook

O movimento foi divulgado, inclusive, entre celebridades e artistas que, até o momento, não produziam qualquer tipo de conteúdo político. Entre os famosos, está o cantor de música sertaneja Eduardo Costa, que declarou seu apoio ao movimento postando em suas redes sociais: “O meu Instagram está a serviço do Brasil, está a serviço do povo, a serviço de Jair Messias Bolsonaro e não recebo nem um centavo por isso (...) e acho que todo mundo tem que postar isso aí no seu insta. Tem 70 milhões de Brasileiros trabalhando de graça. Quem concorda???”⁸. A uso da palavra “Brasileiros” com letra maiúscula não parece ter sido um incidente, já que uma das características do movimento e do próprio discurso bolsonarista, como veremos a seguir, era sublinhar que aqueles que não apoiavam o presidenciável não amam a sua pátria ou “não são brasileiros de verdade”.

Dito isso, voltamos ao conceito de “digital”, e de quais formas ele se difere da instância do “não digital” (MILLER, 2018). Frequentemente, o que não é digital é tido como “real” quando se diz, por exemplo, “você conhece essa pessoa na internet ou na vida real?”. Esse tipo de dizer sugere, então, que as relações digitais não seriam reais, ou que, pelo menos, não seriam tão reais quanto todas as outras que acontecem na esfera não-digital. Mas o que exatamente distingue esses espaços?

⁸ Conteúdo postado na página pessoal do cantor no Instagram (@eduardocosta) e reproduzido em OTV Foco. Disponível em: otvfoco.com.br/cantor-garante-que-e-um-dos-70-milhoes-de-marketeiros-de-bolsonaro-e-manda-recado-nao-recebo-nem-um-centavo-por-isso/. Acesso em 10 dez. 2022.

Sobre o assunto, Daniel Miller pontua:

Se nós perguntamos “esse fórum online é uma comunidade de verdade?” isso faz parecer que, antigamente, todos viviam em verdadeiras comunidades quando, na verdade, como nota Postill, talvez esse não tenha sido o caso. Porque o surgimento de novas tecnologia é geralmente moralista, existe uma tendência constante de simplificar e romantizar o mundo pré-digital. (MILLER, 2018. p. 13, tradução nossa)

Essa reflexão nos faz perceber o mundo digital, e todas as relações interpessoais que nele se encontram, como sendo tão legítimas quanto as da esfera não digital. Portanto, ao analisarmos os movimentos que acontecem no digital, não é coerente diminuí-los como se fossem menos significantes ou menos reais que os demais.

Dando continuidade à discussão, assim como Cesarino (2022) e Blommaert (2022), Miller (2018) afirma que, para o analista, o digital sempre deve ser abordado em contexto. Ao invés de classificarmos as novas tecnologias como positivas ou negativas para o desenvolvimento humano, no trabalho empírico, devemos tentar compreender de que forma os indivíduos se relacionam com o que afeta as suas vidas. E, partindo do pressuposto de vivemos em ambos os mundos, *online* e *offline*, o olhar para o digital deve ser igualmente relevante para a compreensão do ser humano em seu contexto mais amplo (MILLER, 2018).

Na prática, é dizer que, ao invés de produzir suposições genéricas sobre o benefício ou malefício das redes sociais na sociedade do século XXI, por exemplo, seria mais assertivo pesquisar o impacto de uma rede em particular (como o Telegram, por exemplo), em uma comunidade específica (um grupo de apoiadores do Bolsonaro), frente a um determinado acontecimento ou momento histórico (as eleições de 2018 no Brasil). Cesarino (2022), que realizou um extenso estudo sobre esse tema no Brasil, complementa:

Uma vantagem da abordagem da chamada antropologia digital com relação a propostas anteriores como cibercultura é como ela permite e encoraja o aproveitamento das ferramentas teóricas e metodológicas clássicas da antropologia para compreender fenômenos contemporâneos envolvendo o digital. Do modo como entendo, a antropologia digital não é um subcampo da antropologia, mas uma atenção especial à intervenção do digital em processos sociais e culturais, e, portanto, transversal aos diversos subcampos da disciplina. (...) Não se trata de reduzir processos sociais e culturais ao digital, mas de levar a sério a intervenção do digital como mediador cada vez mais presente em relações que se dão também, em boa medida, offline. (CESARINO, 2019, p. 2)

E é, portanto, o que se objetiva fazer nesta pesquisa. Não pretendemos fazer um juízo de valor sobre as vantagens ou desvantagens da digitalização nas eleições. Nos interessa olhar para a digitalização como elemento integrante e mediador do evento que queremos retratar. A comunicação política na era pós-digital, como vimos em Blommaert (2022) e Miller (2018),

sofre modificações constantes e particulares nas diferentes sociedades, e é partindo desse pressuposto que pretendemos analisar o *corpus* selecionado.

Neste trabalho, o populismo como objeto de estudo das ciências sociais encontra o digital. Vimos que Laclau (2005) defendeu a retirada do populismo da sua “posição marginal”, apresentando-o como uma forma de fazer o político e propondo seus próprios elementos discursivos (tal como a *vagueza*, o *significante vazio* e a *articulação do outro*) e a sua unidade mínima de análise (a *demanda*). No entanto, *A razão populista* foi originalmente publicada em 2005 e, à época, a digitalização não estava tão presente no cenário político como é no caso do *corpus*. No próximo tópico, recorreremos à Antropologia para relacionar a intervenção do digital à teoria do populismo de Laclau (2005).

2.4. POPULISMO DIGITAL: DEMANDAS POPULARES NO UNIVERSO DA POPULARIDADE ALGORÍTMICA

A Antropologia sempre esteve interessada no estudo do homem e das sociedades. Nas últimas décadas, existiu uma forte crítica à disciplina, no sentido de que a Antropologia seria a análise dos seres humanos que vivem em comunidades rurais, não “desenvolvidas” ou estruturadas, enquanto a Sociologia se dedicaria ao estudo das sociedades urbanas. Tal ideia, porém, já foi superada e agora representa uma máxima: a Antropologia deve se interessar pelo homem inserido em qualquer sociedade, independentemente do local ou forma de organização.

O surgimento da Antropologia Digital no século XXI também enfrentou certa resistência por parte da comunidade acadêmica no sentido de que, por serem demasiadamente rápidas e complexas, as interações digitais não poderiam constituir um objeto de estudo relevante e, como vimos, alguns antropólogos, como Miller (2018) e Cesarino (2019), argumentam que se as sociedades se tornam digitais, a Antropologia tem o dever de compreender esse espaço:

Uma vantagem da abordagem da chamada antropologia digital com relação a propostas anteriores como cibercultura é como ela permite e encoraja o aproveitamento das ferramentas teóricas e metodológicas clássicas da antropologia para compreender fenômenos contemporâneos envolvendo o digital. Do modo como entendo, a antropologia digital não é um sub-campo da antropologia, mas uma atenção especial à intervenção do digital em processos sociais e culturais, e portanto transversal aos diversos subcampos da disciplina.(...) Não se trata de reduzir processos sociais e culturais ao digital, mas de levar a sério a intervenção do digital como mediador cada vez mais presente em relações que se dão também, em boa medida, offline. (CESARINO, 2019, p. 2)

Como discutimos no tópico anterior, o senso comum sobre o digital por vezes propaga ideias como “as redes sociais são ruins para a educação de crianças”, ou “as novas gerações não compreendem o conceito real de amizade”, entre outras. É como se o digital fosse o oposto do real. A Antropologia Digital, por sua vez, prova através de estudos etnográficos como, na verdade, essas interações fazem parte da nossa nova constituição social. Dentro dela, inclusive, existem diversos fatores que podem delinear suas formas de existência, como o local, o site, a condição social, e Miller (2018) defende que a compreensão desses fatores pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e com melhor acesso à informação.

Ainda sobre a dinamicidade das novas tecnologias e do estudo do digital, Miller argumenta que:

Essas propriedades, por sua vez, são responsáveis pelo que parece ser uma proliferação rápida e constante de novas tecnologias e produtos subsequentes, alguns dos quais se tornam onipresentes e se expandem para atingir a maior parte da população mundial em um período muito curto de tempo. Então, quase todos os anos o foco de ambas as atenções populares e acadêmicas é uma coisa diferente – a internet, as ferramentas de busca, o virtual, as redes sociais, o big data, a inteligência artificial, o Tinder, a internet das coisas, e assim por diante. [...] Nós podemos ver como os jornais estão sendo desafiados por outras formas de disseminação de notícias, o que traz ambiguidade e precariedade para aqueles que se chamavam de jornalistas. (MILLER, 2018, p. 13-14, tradução nossa)

Na era pós-digital, recebemos informações e voltados nossa atenção para tópicos diferentes em um período muito curto de tempo (MILLER, 2018). Se, no populismo de Laclau (2005), o encontro de demandas não satisfeitas é responsável por produzir uma cadeia de equivalências, como no caso dos vizinhos que percebem a falta de atuação do poder público no bairro, agora, a possibilidade de encontrar diferentes grupos de pessoas insatisfeitas é multiplicada. As novas tecnologias quebram as barreiras físicas do processo comunicacional no campo político, facilitando o engajamento e a organização de indivíduos que, sem a internet, não seriam capazes de se relacionar. Mais do que isso, o funcionamento dos algoritmos tem uma gerência própria e ativa que atua a partir da interação entre político e povo com um mecanismo próprio.

No Facebook e no Twitter, por exemplo, é possível ver o número de compartilhamentos e interações (como curtidas e comentários), o que além de ser importante para alcançar audiências, afeta a percepção da popularidade (MALY; BEEKMANS, 2018). Nesse sentido, o linguista neerlandês Van Dijck (2013) esclarece que a popularidade passa a ser um conceito codificado, quantificado e manipulável, possibilitando não apenas um novo tipo de populismo, mas também o que ele chama de “ativismo algorítmico”, isto é, uma nova forma de ativismo

que contribui para a propagação da mensagem de um político ou de um movimento através da interação com o post.

Ao analisar as redes sociais do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Silverstein e Lemppert (2012) notam que o ativismo algorítmico faz com que a participação ativa (por compartilhamentos, comentários, etc) dos cidadãos tenha um papel essencial para o alcance número da mensagem, ao mesmo tempo que possibilita a reprodução da interação – de apoio ou de crítica – por meio de mecanismos como o “retweet” ou “repost”. Trazendo essa análise para o caso brasileiros, vejamos a postagem feita na página do Facebook de Jair Bolsonaro após o cantor Eduardo Costa ter declarado o seu apoio ao candidato:

Figura 3 – Jair Bolsonaro “reposta” apoio de cantor sertanejo



Fonte: Jair Messias Bolsonaro no Facebook

Ao compartilhar a demonstração de apoio, Bolsonaro tenta representar a si mesmo como um candidato que tem apoio popular, enquanto o cantor também ganha visibilidade com a publicação. Esse tipo de interação, além de propiciar um alto alcance número, em termos de audiência, contribui para a percepção da popularidade codificada e manipulada concebida por Van Dijck (2013). Vimos que, em Laclau (2005), o povo do populismo é aquele cuja unidade é sustentada pela partilha de *demandas populares* e a identidade é pautada na sua posição de oposição com o Outro, ou seja, aquele que impede a satisfação da demanda. Nesse sentido, o discurso populista na era digital permite que o representante se apresente como “aquele que está do lado do povo”, manuseando (ou, melhor, tentando manusear) a percepção de sua própria popularidade através da reprodução dos dizeres do “povo” – este último, porém, não é

necessariamente o povo do populismo, mas a sua representação na forma de um cidadão comum ou de uma celebridade, por exemplo.

Além disso, como vimos também em Blommaert (2022), os meios de comunicação de massa são constantemente contrapostos, no âmbito político, com as novas formas de disseminação da informação. Cesarino (2022) sugere que a pandemia da covid-19 fez proliferar a desconfiança nas ciências e nas mídias tradicionais, mas parte do pressuposto de que, no discurso, nada é completamente novo. O estímulo ao “aprenda você mesmo” é uma característica própria da internet, no sentido de ser uma ferramenta informacional que opera a partir da ação do usuário, assim como a descrença nas instituições é um elemento recorrente em conjunturas de crise. De qualquer modo, a fragilização da imagem do emissor “oficial”, que agora compete discursivamente com os espaços fragmentados de produção e compartilhamento da informação, intensifica a produção de *significantes vazios* (LACLAU, 2005). Naturalmente, a produção assídua de enunciados que se contradizem e disputam entre si em um mesmo espaço não-hegemônico, dificulta a fixação de significantes.

Sobre o tema da mídia fractalizada, Cesarino (2020) faz um importante estudo sobre as eleições presidenciais de 2018 no Brasil, o qual ilustra perfeitamente as considerações de Blommaert (2022). Em *Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo no Brasil*, e em seu manuscrito introdutório, antropóloga (2020) relata que, durante o período de campanha eleitoral, ela participou dos grupos de apoiadores de Jair Bolsonaro no WhatsApp e Facebook, além de analisar plataformas como Youtube, Instagram, sites e blogs dedicados ao repasse de conteúdos favoráveis ao candidato. À essa totalidade, Cesarino (2020) deu o nome de “bolsoesfera”:

O termo bolsoesfera tem uma dupla acepção, que acredito expressar bem a novidade do fenômeno com o qual estamos lidando. Por um lado, ecoa termos como blogosfera, indicando portanto um certo gênero midiático digital que prepondera em uma certa paisagem da rede mundial de computadores. Por outro lado, visa também evocar a ideia de esfera pública, porém para indicar uma esfera de discussões e trocas que vai de encontro ao sentido habermasiano do termo: é pouco pública, pouco dialógica, e visa não colocar o público em contato o contraditório, mas justamente apartá-lo em uma bolha digital separada da esfera pública convencional. A bolsoesfera formaria, assim, um mecanismo altamente eficaz de filtragem da informação que chega ao usuário comum, tendo como principal efeito no plano meta-comunicativo a produção de uma “realidade” à parte cuja relação com o entorno (i.e., o resto da web) é altamente mediada por gatekeepers e influenciadores digitais encontrados em praticamente todas as plataformas e mídias sociais mais populares no Brasil. (CESARINO, 2020, p. 7)

Para Cesarino (2020), a bolsoesfera se diferencia das demais bolhas digitais, geradas sobretudo pelos algoritmos e padrões correntes das mídias digitais, por sustentar uma

direcionalidade e estratégia, que é retroalimentada com o uso e ações espontâneas por parte dos usuários comuns. Um dos efeitos mais importante deste mecanismo é o enquadramento das mídias convencionais como o lugar das *fake news* e da manipulação enquanto, por outro lado, a bolsoesfera seria o lugar da verdade e da liberdade de expressão – e sugere que esse deslocamento meta-comunicativo tenha sido uma das condições de possibilidade do sucesso da campanha do candidato (CESARINO, 2020). Retomaremos a análise específica ao contexto brasileiro no próximo capítulo, dedicado à análise do *corpus*. Neste ponto, é importante compreender que o digital no discurso populista é uma forma de mediação que, paradoxalmente, promove uma experiência de ausência de mediação (CESARINO, 2020).

Concluimos, então, que o discurso populista na era digital opera através de mecanismos inéditos quando comparado àquele das mídias analógicas unilaterais. Não apenas porque as novas tecnologias ultrapassam barreiras geográficas em termos organizacionais, mas também porque permite que os próprios usuários, diante da lógica do ativismo algorítmico (DJICK, 2013), ocupem concomitante a posição de emissores e receptores (CESARINO, 2020), incorporando e reproduzindo os padrões discursivos do populismo propostos por Laclau (2005).

CAPÍTULO 3

Neste capítulo, iniciaremos a tarefa de análise. Os dois primeiros tópicos serão responsáveis por introduzir e complementar os estudos sobre o discurso de posse presidencial realizado em janeiro de 2019: em primeiro lugar, apresentaremos uma breve leitura das manifestações de 2013 (IASI, 2013, GOHN, 2014; NOBRE, 2022) como parte simbólica do processo de equivalência de demandas sociais (LACLAU, 2005) no Brasil; e, depois, do plano de governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” submetido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018 como, através do conceito de vagueza (LACLAU, 2005), resposta e atributo fundamental do populismo discursivo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, movimentaremos a ideias laclauianas de vagueza, sistema, e articulação do inimigo ao analisarmos o texto do ato da posse, no terceiro tópico, bem como a presença do discurso da ideologia e da religião como elementos legitimadores (ZUQUETE, 2017; DEHANAS; SHTERIN, 2018; FINCHELSTEIN, 2020) das ações e da posição do líder.

Na sequência, a partir das ideias sobre populismo e digitalização, discutiremos a presença e a construção da gramática bolsonarista (SAMPAIO; SILVA, 2017; CESARINO, 2019; VARIS, 2020; TRAUMANN, 2020) nas redes sociais, com o intuito de explorar as menções à “censura” e aos “movimentos populares” no pronunciamento após a derrota eleitoral. A análise desse texto será concluída no tópico final, onde o trataremos classificado em sequências discursivas, através das quais retomaremos os conceitos da teoria sobre o discurso populista de Laclau (2005) e versaremos, também, sobre o patriotismo e a ambiguidade como método (LOTTA, 2020; ROCHA, 2021; ALMEIDA, 2022).

3.1.DEMANDAS POPULARES E A SOLIDIFICAÇÃO DO “POVO”: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Em primeiro lugar, para analisarmos as condições de produção do *corpus* selecionado para esta pesquisa, retomaremos o conceito de *demandas democráticas e populares* da teoria laclauiana. Como discutido no capítulo anterior, Ernesto Laclau (2005), ao tratar das

condições históricas e estruturais para o aparecimento da lógica populista, fala sobre a multiplicação de demandas em equivalência como ato fundamental para emergência do povo:

(...) o fundamental para a emergência do “povo” como novo ator histórico é que a unificação de uma pluralidade de demandas numa nova configuração seja constitutiva, e não derivativa. Em outros termos, ela constitui um ato no sentido estrito, mas não tem sua origem em nada que seja externo a ela. A emergência do “povo” como ator histórico é, assim, sempre transgressiva em relação à situação precedente. Esse ato de transgressão constitui a emergência de uma nova ordem. (LACLAU, 2005, p. 324.)

Falaremos, então, sobre o cenário discursivo inaugurado – simbolicamente, pela quantidade de pessoas que reuniu de forma espontânea – com as manifestações de junho de 2013.

Em seu livro *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*, Marcos Nobre (2022) faz uma análise profunda sobre esse e vários outros momentos que precederam as eleições de 2018. O professor (2022) aborda a ascensão das novas direitas no âmbito global, discute a disputa pela hegemonia no espaço digital em contraposição com as representações políticas no Congresso Nacional, além de propor o termo *pemedebismo* para a cultura política governista que, segundo ele, imobiliza o desenvolvimento e a pluralidade da democracia brasileira. Em relação à disputa pela hegemonia, descreve como a falta de representatividade da extrema direita em políticos e instituições propiciou, na época, a organização política de grupos conversadores através dos espaços digitais (NOBRE, 2022). Os aspectos analisados por Nobre (2022), no campo discursivo e extra discursivo, são importantes para compreender a questão que ele mesmo propõe: a mudança do sentido e do significado da palavra *polarização* como emblema de transformações institucionais e sociais no cenário político brasileiro, tanto na relação entre sociedade e instituições, quanto do funcionamento interno das instituições e da sociedade.

Neste trabalho, em contrapartida, a análise das manifestações de junho de 2013 se dá sobretudo no âmbito da teoria do discurso populista em Laclau, não no sentido de buscar ou eleger um motivo para a ascensão da extrema direita, mas de explicar a relação discursiva existente, no nível da promessa, entre as propostas políticas e administrativas veiculadas por Bolsonaro, permeadas pela *vagueza*, e o processo catacrético de sobreposição de significantes, ou a operação hegemônica causada pelo processo de articulação de demandas, no cenário político que o recebeu (LACLAU, 2005).

Na primeira semana de junho de 2013, o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), havia autorizado o aumento da passagem de ônibus em vinte centavos (R\$ 0,20),

o que provocou uma série de manifestações. Inicialmente, os protestos foram encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social organizado, autodenominado apartidário, autônomo e independente, o qual atua pela defesa do transporte público de qualidade⁹. O MPL convocou às ruas todas as pessoas que não concordavam com o aumento – e, com sucesso, centenas de pessoas compareceram para defender a pauta na capital.

Figura 4 – Manifestantes protestam contra o aumento da tarifa do ônibus e metrô em São Paulo em 6 de junho de 2013.

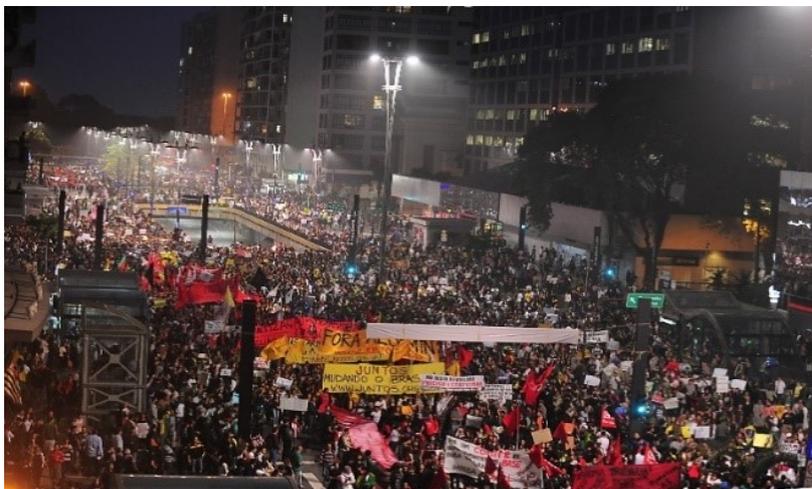


Fonte: Wikimedia Commons/Divulgação

No entanto, poucos dias após as primeiras manifestações, diversas outras cidades do Brasil começaram a protestar também, e novas demandas emergiam nas ruas. Os cartazes cobravam, além de uma tarifa acessível e condições adequadas e transporte público, a melhora da educação e do sistema de saúde, o aumento do salário mínimo, o fim da corrupção, e até a não realização da Copa do Mundo de 2014; e, entre os manifestavam, estavam “de um lado (...) organizações e partidos de esquerda, movimentos populares, sindicatos, organizações estudantis tradicionais, e, de outro, setores mais à direita e partidos da oposição conservadora que buscava instrumentalizar aquelas manifestações como forma de tentar enfraquecer a hegemonia político-eleitoral do bloco articulado em torno do PT” (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019. P. 10).

⁹ Disponível em: mpl.org.br/. Acesso em 25 de fev. 2022.

Figura 5 – Mais de um milhão de pessoas comparece aos novos protestos em 388 cidades do Brasil



Fonte: Wikimedia Commons/Divulgação

O novo movimento, que se alastrava por todos os estados do país, foi apelidado pela mídia e pelos próprios manifestantes nas redes sociais de “O Gigante Acordou”, “Não são só 20 centavos” ou “#vemprarua” (NOBRE, 2022), e essa heterogeneidade possibilitou não apenas uma multiplicidade de narrativas, como também uma série de debates e análises no campo acadêmico.

Entre elas, a de que as chamadas “Jornadas de Junho” pertenceram a um contexto internacional de desilusão com a “política tradicional” de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política, especialmente por parte da juventude e que, no caso brasileiro, uniu tanto os jovens da classe média tradicional, quanto os jovens periféricos e aqueles que ascenderam socialmente a partir das políticas implementadas nos anos anteriores, durante os governos petistas, que mesclavam a retórica de uma “antipolítica contra tudo e contra todos” (GOHN, 2014); e, nesse contexto, o enfraquecimento do “modelo lulista” que, apesar de ser baseado em políticas distributivas e no aumento do papel do Estado, por incapacidade política, não reformar estruturalmente a democracia brasileira (IASI, 2013).

Nos termos laclauianos, observamos que a princípio as manifestações versavam sobre uma demanda tipicamente *democrática*, ou seja, uma demanda concreta (a redução da tarifa de ônibus) dirigida por um grupo determinado (os usuários do transporte público da cidade de São Paulo) a um órgão institucional específico (a Prefeitura da Cidade de São Paulo). Porém, a continuidade dos protestos trouxe à rua várias outras questões (a melhora da saúde, da educação,

o fim da corrupção, a não realização da Copa do Mundo, etc.) organizadas em uma cadeia de equivalências, de tal modo que não era mais possível nomear o motivo do protesto – constituindo, portanto, demandas tipicamente *populares*¹⁰.

Com as manifestações, o prefeito da cidade de São Paulo suspendeu o aumento da passagem, satisfazendo aquela demanda específica. Aliás, entre junho e julho, a tarifa de ônibus foi reduzida em mais de cem cidades brasileiras¹¹. No entanto, o Congresso Nacional não entregou tudo o que os manifestantes queriam – e eis, aqui, o ato que constitui o surgimento (ou a solidificação, no caso brasileiro), naquele espaço e momento histórico, da identidade do “povo” laclauiano. O que unia aqueles indivíduos era um conjunto de demandas insatisfeitas propostas ao Outro, ou seja, o “governo”, designado pelos manifestantes como algo equivalente aos políticos corruptos que destroem o Brasil.

Em *Emancipação e diferença* (2011), Laclau pontua que:

[...] num clima de extrema repressão, toda mobilização por um objetivo parcial será percebida não somente como relacionada com a reivindicação ou os objetivos concretos dessa luta, mas também como um ato de oposição ao sistema. Esse último fato é o que estabelece o laço entre uma variedade de lutas e mobilizações concretas ou parciais – todas são vistas como relacionadas entre si, não porque seus objetivos concretos estejam intrinsecamente ligados, mas porque são encaradas como equivalentes em sua confrontação com o regime repressivo. O que estabelece sua unidade não é, por conseguinte, algo positivo que elas partilham, mas negativo: sua oposição a um inimigo comum (LACLAU, 2011, p. 73).

A identidade discursiva dos manifestantes era, como propõe Laclau (2011), essencialmente estabelecida por uma lógica negativa, ou seja, a sua oposição a um inimigo comum – a classe política que administra o país e é incapaz de protegê-los.

Em junho de 2013, a chefe do executivo brasileiro era Dilma Rousseff (PT) que, apesar das movimentações, foi reeleita democraticamente em 2014. Protestos nutridos de *demandas populares* também foram muito presentes em seu novo mandato, que foi interrompido em 2016. São muitas as críticas, interpretações e análises jurídicas em relação à constitucionalidade do

¹⁰ O caso brasileiro, inclusive, é muito similar ao exemplo descrito pelo próprio autor (2005): “Imagine uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas periferias de uma grande cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais, e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma demanda que inicialmente talvez seja apenas uma solicitação. Se ela for atendida, o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com água, a saúde, a escola e etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo diferenciado (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia facilmente ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas” (LACLAU, 2013, p. 123).

¹¹ Disponível em: g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-que-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html. Acesso em: 25 fev. 2022

“processo de impeachment” que retirou Dilma da presidência, e esse não é o foco da nossa pesquisa.

No entanto, discursivamente, notamos que o próprio processo também ocorreu como uma resposta a *demandas populares* (LACLAU, 2005). Isso porque, na denúncia formal do impeachment, Dilma foi afastada do cargo de Presidente da República por um crime de responsabilidade administrativa, as chamadas “pedalas fiscais”. Porém, ao analisarmos os movimentos pró-impeachment organizados por partidos políticos e civis, e a própria votação que ocorreu no Congresso Nacional¹², vemos que as razões a favor do impedimento são “a corrupção, a insatisfação com a política e com o Partido dos Trabalhadores (PT), a crise econômica”, entre outras que não correspondem ao crime pelo qual foi de fato denunciada.

Na sequência, tivemos aproximadamente dois anos de governo do vice-presidente de Dilma, Michel Temer (MDB). Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e ex-procurador do estado, Temer foi considerado pelo partido e por si próprio¹³ como “vice decorativo”. Embora acontecimentos extremamente controversos tenham sucedido durante o seu mandato, como a Reforma Trabalhista e do Ensino Médio, sua liderança foi neutral e distante, e seu índice de rejeição superou o de Dilma Rousseff¹⁴.

Em 2018, sob o olhar da teoria do discurso populista em Laclau e Mouffe (2005, 2011), a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, no campo discursivo, coincide com o momento em que o país se encontrava – e esse ponto é essencial para a compreensão das condições de produção do *corpus* que será analisado nesta pesquisa. O vácuo deixado por todas as queixas sobre a saúde, a educação, a corrupção, o desencantamento com as instituições públicas e o conjunto inominável de coisas exigidas pelo “povo” foi milimetricamente preenchido por um

¹² Para demonstrar, citamos um trecho do voto de dois deputados influentes à época da votação, por terem sido cogitados à presidência da Câmara e por terem participado da articulação do processo. Arthur Lira (PP-AL), ao votar pelo impedimento, declarou que “O Brasil está parado e nós temos que encontrar essa saída”. Rodrigo Maia (DEM-RJ), votou “pela minha família, mas principalmente pelo meu pai (...) que foi atropelado pelo governo do PT. O PT rasga a constituição do Rio de Janeiro, e rasga a constituição daqui”. Registro de vídeo da votação em disponível em poder360.com.br/congresso/assista-como-maia-e-lira-votaram-a-favor-do-impeachment-de-dilma, Acesso em: 24 fev. 2022.

¹³ Em carta enviada à presidente Dilma Rousseff, poucos dias após a deflagração do processo de impeachment no Congresso Nacional, Michel Temer fala sobre sua insatisfação com a falta de sua participação política como vice presidente: “Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.” Fonte: BBC Brasil, São Paulo, 23 de dezembro de 2015. Disponível em: bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151223_vices_brasil_ab. Acesso em: 30 out. 2022.

¹⁴ Avaliação negativa de Temer supera a de Dilma, diz pesquisa. Folha de S. Paulo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1920011-avaliacao-negativa-de-temer-supera-a-de-dilma-diz-pesquisa.shtml. Acesso em: 23 fev. 2022.

dos bordões mais clássicos de sua campanha eleitoral: “Tem que acabar com tudo isso que está aí!”.

No próximo tópico, veremos que sua campanha foi conduzida na direção das *demandas populares*, do significante vazio e na identificação do Outro (LACLAU, 2005). Para introduzir essa análise relativa à vagueza da campanha eleitoral, optamos por trazer ao *corpus* de análise o plano de governo de Jair Bolsonaro (PSL), que foi protocolado ao Tribunal Superior Eleitoral (doravante, TSE) sob o título “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e condensa todas as propostas do candidato para os seus quatro anos de mandato, além da sua visão geral de governo.

3.2.VAGUEZA COMO MÉTODO: UM OLHAR PARA O PLANO DE GOVERNO

Desde 2009, com a edição da Lei nº 9.504/97, é obrigatório que os candidatos aos cargos do Poder Executivo, isto é, presidentes, governadores e prefeitos, apresentem um plano de governo ao TSE no ato da inscrição eleitoral. Esse documento, presente na política brasileira há mais de uma década, é disponibilizado para a consulta pública¹⁵ antes e depois do resultado das eleições. Antes, com o intuito de informar os eleitores sobre as propostas dos candidatos para a administração do país, estado ou cidade em todos os âmbitos; e, depois, para que os próprios cidadãos possam, no exercício de seus direitos políticos, fiscalizar se a atividade do representante eleito condiz com o que foi estabelecido no plano.

É interessante notar que a legislação não faz menção ao formato do plano de governo e, tampouco, aos requisitos básicos para a sua construção. Consequentemente, os planos de governo costumam ser muito diversos. Cada candidato escolhe a quantidade de páginas, o estilo, o formativo, a ordem e os tópicos que quer abordar. Nas eleições de 2018, os 13 candidatos apresentaram documentos bem diferentes entre si – por exemplo, o plano de governo da candidata Vera Lúcia (PSTU) teve apenas 5 páginas, enquanto Guilherme Boulos (PSOL) apresentou um arquivo de 228 páginas escritas, sem gráficos ou imagens de qualquer tipo. A autonomia concedida aos partidos para redigi-los, então, faz com que esses documentos sejam um instrumento interessante de análise.

¹⁵ Todos os planos de governo mencionados nesta pesquisa são de acesso público e podem ser encontrados no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos. Acesso em: 2 jan. 2023.

Quadro 1 – Planos de Governo (2018)¹⁶

CANDIDATO	TÍTULO	NÚMERO DE PÁGINAS	NÚMERO DE PALAVRAS	FORMATO
Vera Lúcia (PSTU)	16 Pontos De Um Programa Socialista Para o Brasil Contra a Crise Capitalista	5	2.193	Introdução e 16 pontos
Marina Silva (REDE)	Brasil Justo, Ético, Próspero e Sustentável	24	15.403	Introdução e 21 pontos
Fernando Haddad (PT)	O Povo Feliz De Novo	62	31.875	Introdução e 5 capítulos
Jair Bolsonaro (PSL)	Brasil Acima De Tudo, Deus Acima De Todos	81	6.814	Introdução, 2 seções e 3 linhas de ações
Guilherme Boulos (PSOL)	Vamos Sem Medo De Mudar o Brasil	228	66.928	Introdução e 19 capítulos

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. (elaboração própria)

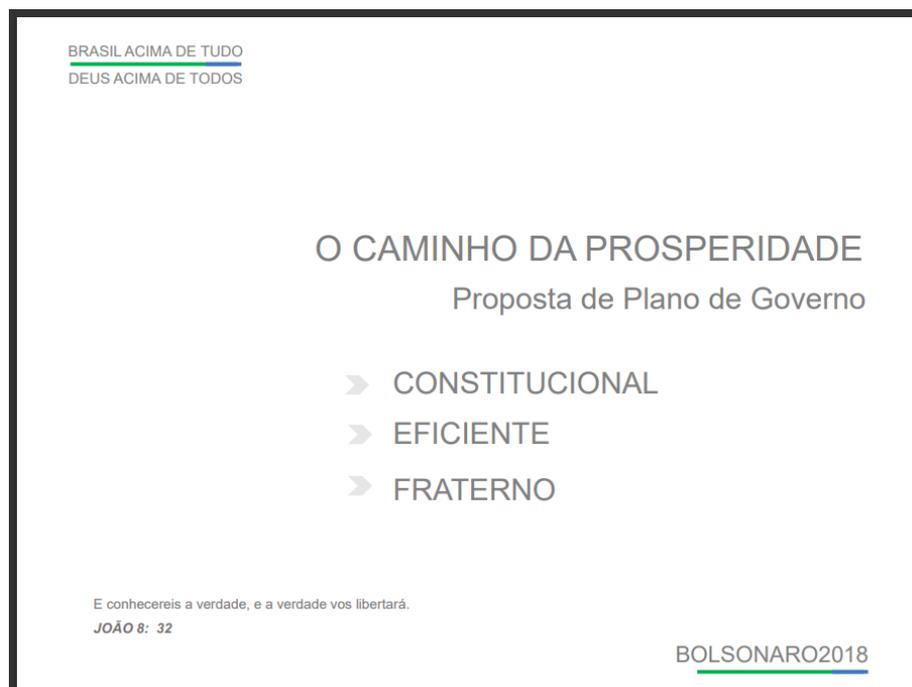
No caso em exame, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) anexou um plano de governo de 81 páginas, cujo título é um dos seus principais lemas de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”¹⁷. Apesar da quantidade de páginas, o número de palavras não é tão alto em comparação com os demais devido à quantidade de elementos não-verbais. Esteticamente, o documento lembra uma apresentação escolar de formato *Power Point*, repleto de imagens, gráficos e fotografias – as últimas, importante notar, sem qualquer menção a direitos autorais.

Na capa de abertura temos as palavras: “constitucional, eficiente e fraterno”, seguidas do versículo bíblico “Conhececi a verdade e a verdade vos libertará – João 8:32”.

¹⁶ No total, 14 planos foram apresentados ao TSE. No quadro, foram selecionados apenas 5, pelo critério da diversidade e da quantidade de votos recebidos no 1º turno, para ilustrar a diferença de tamanho e formato entre os documentos.

¹⁷ Como mencionado, os planos de governo analisados nesta pesquisa estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos. Recomenda-se para a melhor compreensão desta análise, em especial, a leitura integral do plano de governo de Jair Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Figura 6 – Capa do Plano de Governo (Jair Bolsonaro)



Fonte. BRASIL, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, 2018, p. 1.

A escolha das primeiras três palavras e o trecho bíblico, além de nos anunciar a constante presença da religião judaico-cristã no discurso, nos direciona para duas reflexões. Em primeiro lugar, a “fraternidade” – palavra que significa laço de afeto – é posta como um princípio para construção do plano, situado no mesmo terreno da “constitucionalidade” e da “eficiência” – mostrando que o plano prioriza o afeto como elemento participante da atividade política¹⁸ - desenvolveremos esta questão nos próximos tópicos.

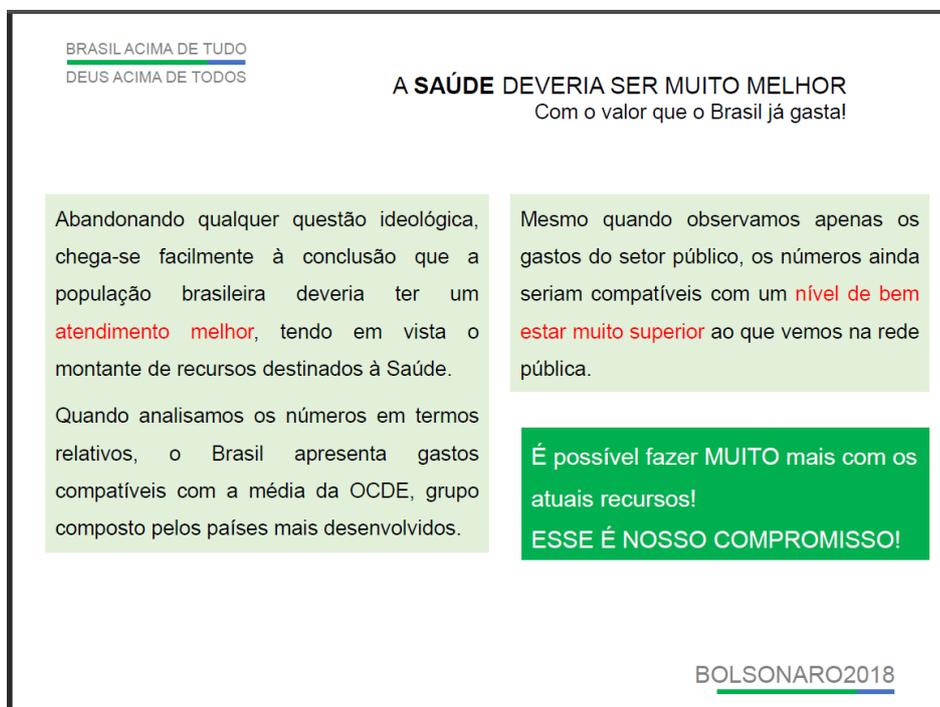
O trecho bíblico, por sua vez, traz o comprometimento do político com a “verdade”, aqui como objeto passível de conhecimento, que liberta a todos. Relacionada a essa ideia, temos a palavra “ideologia”, que também reaparece com frequência em suas redes sociais, campanha, pronunciamentos oficiais¹⁹. Na seção dedicada às propostas para a Saúde, por exemplo, na

¹⁸ É curioso que, ao mesmo tempo em que fala sobre fraternidade, o plano traz nessa primeira seção, sobre Valores e Compromissos: “Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para **populistas** e suas mentiras. O Brasil precisa se libertar dos corruptos. O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE!”. (grifo nosso) O traço do antissistema é colocado, justamente, contra os políticos populistas, vistos como parte da oposição.

¹⁹ Citando os pronunciamentos de posse no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, em 1º de janeiro de 2018, onde a palavra “ideologia” e suas variações (ideologias, ideológico, ideológicas) aparece 9 vezes: “O Brasil voltará a ser um país livre das **amarras ideológicas**.”, “Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia, para que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia sem **o viés ideológico**”, “Não podemos deixar que **ideologias nefastas** venham a dividir os brasileiros.”, “Ideologias que destroem nossos valores e tradições,

página 37, de “A Saúde deveria ser muito melhor com o valor que o Brasil já gasta!”, inicia-se por um parágrafo que reitera a marca de afastamento da ideologia:

Figura 7 – Página 37 do Plano de Governo (Jair Bolsonaro)



Fonte. BRASIL, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, 2018, p. 37.

Em suas palavras, desprender-se da ideologia é um requisito necessário para compreender que o povo brasileiro deveria ter um melhor atendimento médico – a ideologia, então, seria o que impede a população de interpretar dados básicos e, mais do que isso, se opõe a uma promessa de um sistema de saúde melhor para os brasileiros. Como discutimos anteriormente, a análise do discurso de base francesa, sobretudo a partir do estudo da ideologia em Louis Althusser (1970) e, posteriormente, Michel Pêcheux ([1975] 1995), defende que ela interpela todos os indivíduos em sujeitos e, assim como “não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1975, apud ORLANDI, 2007, p. 17). Bolsonaro, porém, utiliza-se do discurso da “não ideologia” para se colocar na posição de sujeito capaz de falar sem viés, ao passo que silencia os discursos que se opõem ao seu.

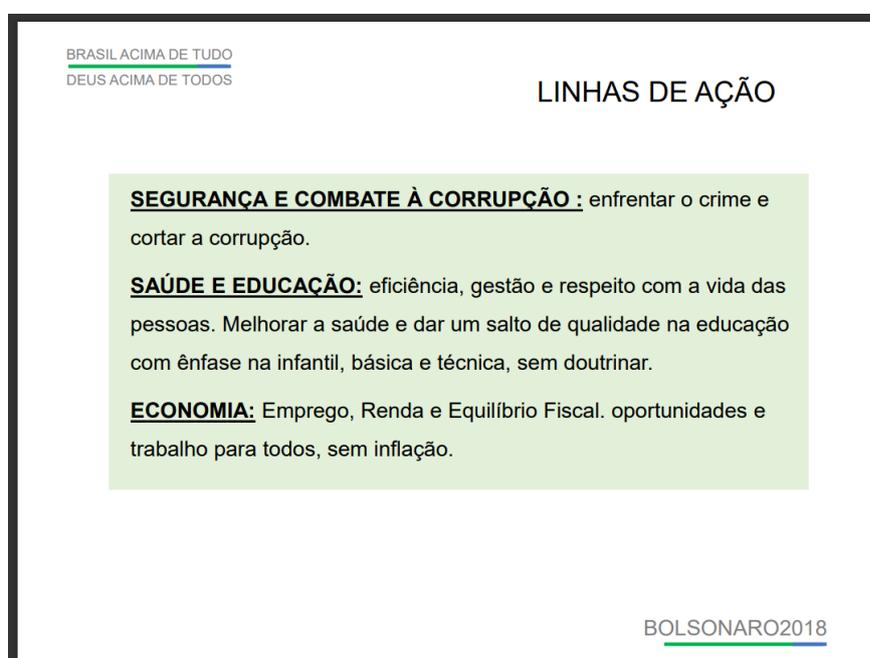
Na página seguinte, o plano apresenta um gráfico de gastos médicos em diferentes países em 2014, incluindo o Brasil. Todas as informações, porém, estão escritas em inglês e não há

destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.”, “Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.” (grifo nosso)

qualquer tipo de tradução ou explicação em português²⁰ - fenômeno que se repete no capítulo sobre Educação, desta vez com uma tabela em inglês e sem fonte (página 42). Apesar de afirmar que “a saúde deveria ser muito melhor com o valor que o Brasil já gasta”, o plano de governo de Jair Bolsonaro não se compromete a fornecer dados acessíveis e, tampouco, propõe uma estratégia de intervenção. A seção sobre educação leva o título de “A educação também deveria ser melhor com o valor que o Brasil já gasta” e, outra vez, “É possível fazer muito mais com os atuais recursos”²¹. A constatação não acompanha, porém, uma proposta concreta do que, objetivamente, poderia ser feito com os atuais recursos.

Vejamos, então, a página 22, onde há a síntese das “linhas de ação”:

Figura 8. Linhas de Ação – Plano de Governo (Jair Bolsonaro)



Fonte: BRASIL, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, 2018, p. 22.

A proposta para a “segurança e combate à corrupção” é “enfrentar o crime e cortar a corrupção”, assim como a plano para a “saúde e educação” é “melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação”. Uma análise semântica do texto poderia supor que o plano de

²⁰ Além de não ser língua oficial do país, de acordo com um levantamento realizado pelo British Council em 2019, apenas 1% da população do Brasil é fluente em inglês. Disponível em: britishcouncil.org.br/sites/default/files/demandas_de_aprendizagempesquisacompleta.pdf. Acesso em 20 mai. 2021.

²¹ Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. p. 40.

governo de Bolsonaro é profuso e redundante, mas, discursivamente, vemos que o candidato está respondendo às *demandas populares* no mesmo nível de *vagueza* (LACLAU, 2005):

Ao invés de contrapor ‘vagueza’ a uma lógica política madura governada por um alto grau de determinações institucionais precisas, nós devemos começar nos perguntando uma série de questões diferentes e mais básicas: não seria a ‘vagueza’ dos discursos populistas uma consequência de a realidade social ser, em certas situações, vaga e indeterminada? E neste caso, não seria o populismo, ao invés de uma operação política e ideológica grosseira, um ato performativo caracterizado por uma racionalidade própria – o que significa dizer que, em algumas situações, a vagueza será uma pré-condição para a construção de significados políticos relevantes? (LACLAU, 2005, p. 17-18)

Diante da realidade social brasileira, indeterminada em termos de anseios políticos ou, nos termos laclauianos, repleta de demandas populares organizadas em uma cadeia de equivalência, Bolsonaro parece adotar, discursivamente, uma resposta proporcionalmente vaga e indeterminada – não apenas nas páginas do plano de governo, mas em grande parte de seus dizeres, como veremos no decorrer desta pesquisa. Nesse sentido, Laclau (2005) descreve que o mecanismo populista é tipicamente exercido em contextos de insatisfação generalizada, de modo que a figura do líder carismático se coloca como protetor do “povo” e agente excepcional de ruptura e mudança.

A liderança política bem-sucedida é, portanto, capaz de articular essas demandas em equivalência e, através de significantes vazios, entregar uma resposta satisfatória de resolução – naturalmente, uma resposta dotada de um caráter simplificador, redundante e impreciso: não há outra forma de acolher o que não se pode nominar (LACLAU, 2005). Afinal, o povo é “resultado de um complexo processo de construção que, entre outras possibilidades, pode não alcançar o seu objetivo” (LACLAU, 2005, p. 17) e, como discutido no capítulo teórico, essa lógica de equivalência, responsável por criar a identificação e a unidade do grupo, é o que explica a centralidade da figura do líder no populismo. O líder é a unificação simbólica; o nome do líder é o “significante vazio” que exerce a tarefa de sintetizar a experiência populista. O “enigma populista”, portanto, resume-se no nome do líder: um significante vazio por excelência.

Vimos que o populismo, porém, não pode ser resumido à relação entre liderança política e povo, ainda que a relação afetiva em torno do nome do líder seja fundamental para a constituição de sua lógica. Há, além disso, a lógica dos antagonismos, que será discutida no próximo tópico a partir da análise do pronunciamento de posse, em 2019, como um evento representativo dessa característica, que também aparece com frequência em seus dizeres.

3.3.O PRONUNCIAMENTO DE POSSE: IDEOLOGIA, DEUS, SISTEMA E RECONSTRUÇÃO

A posse presidencial é a cerimônia que oficializa a posse do Presidente da República no Brasil e é realizada sempre no primeiro dia do ano seguinte à eleição. Os ritos do cerimonial público foram definidos em 9 de março de em 1972, durante a Ditadura Militar, pelo decreto nº 70.274/72, o qual prevê seis etapas. A cerimônia inicia-se com um desfile presidencial de aproximadamente dois quilômetros, que vai da Catedral Metropolitana de Brasília ao Congresso Nacional e deve acontecer em um carro oficial aberto, a depender do clima e das condições de segurança.

Ao chegar no Congresso Nacional, o novo Presidente da República é recebido pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e deve realizar o Compromisso Constitucional. Em uma sessão solene, deve prestar um juramento, assinar o termo de posse e realizar o Discurso à Nação. Depois, o presidente retira-se do Congresso Nacional e, na rampa do Palácio do Planalto, recebe a faixa presidencial, conduzida pelo ex-presidente. Finalmente, no Parlatório do Palácio do Planalto, o presidente deve realizar um outro pronunciamento ao público presente. Que deve ser mais curto e mais informal que aquele realizado no Congresso Nacional. A cerimônia termina com a recepção aos chefes de Estado, governo e outras autoridades nacionais.

Em 01 de janeiro de 2019, após realizar o Discurso à Nação e receber a faixa presidencial de seu antecessor, Michel Temer, o então presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) apresentou o seu discurso no Palácio do Planalto. Acompanhado de sua esposa, Michelle Bolsonaro, e de seu vice-presidente, general Hamilton Mourão, apresentou-se à população no rito cerimônia de posse, a qual foi amplamente televisionada pela mídia brasileira. Em seu discurso, teceu comentários acerca do contexto histórico-social enfrentado pelo país durante o período que antecedeu a sua eleição, retomando as suas propostas como governante e os seus compromissos com o povo. São as suas primeiras palavras²²:

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo. É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de

²² As transcrições dos discursos oficiais do Presidente da República são de acesso público e estão colecionadas no Acervo Digital Público da Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: biblioteca2.presidencia.gov.br/acervo. Acesso em 20 jul. 2020.

valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). 2019)

Vê-se que a data de início de seu governo é assinalada, por ele mesmo, como “o dia em que o povo começou a se libertar” de alguns de seus rivais: “o socialismo, a inversão de valores, o gigantismo estatal, e o politicamente correto”. O antagonismo presente na fala de Bolsonaro não se limita ao partido político. Pelo contrário, o “socialismo, a inversão de valores, etc.,” são colocados como inimigos de “toda a nação”.

O estabelecimento de um inimigo da pátria foi identificado como uma estratégia política, ligada sobretudo a líderes populistas e autoritários, em diversos autores e épocas da história humana. O filólogo judeu Victor Klemperer, por exemplo, identificou este fenômeno ao analisar as características da *Lingua Tertii Imperii (LTI)* – a linguagem da Alemanha nazista. Klemperer (apud FARACO, 2020) observou que, nos discursos de Hitler, havia uma intensa necessidade de se relacionar com o povo sem qualquer intermediação. À época, havia um desejo manifesto de que a figura do *reich* fosse percebida com um viés paternal – uma expressão de relação institucional fincada no afeto, nutrida por confiança cega e obediência (KLEMPERER, 1947 apud FARACO, 2020). Assim, também aponta a construção de um “inimigo da pátria” – no caso, o povo judeu – como um dos mecanismos da LTI para atingir este objetivo (FARACO, 2020). A ideia é que a nação sinta a necessidade de se unir por uma causa comum: a sua eliminação.

Vemos nos dizeres de Jair Bolsonaro, também, uma incitação à eliminação dos inimigos da pátria. No entanto, não é possível identificar um único rival. A construção discursiva da divisão social (LACLAU, 2005) em Bolsonaro envolve, a depender do contexto, fronteiras diferentes: o Partido dos Trabalhadores (PT)²³, a esquerda, os corruptos, a ideologia, a mídia, o politicamente correto, entre tantos outros. Neste ponto, a teoria do populismo laclauniano defende que, se a emergência do “povo” do populismo é constituída por uma cadeia de equivalência de demandas, a articulação entre os seus elos e a identificação do inimigo é, por lógica, instável (LACLAU, 2005). Afirma:

As fronteiras são a condição *sine qua non* da emergência do “povo”: sem elas, toda a dialética da parcialidade/universidade simplesmente entraria em colapso. Porém,

²³ Em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), é importante mencionar que, de acordo com Nobre (2020), analisar o “antipetismo” enquanto movimento emergente desde as manifestações de junho de 2013 é essencial para compreender a polarização que afetou o Brasil durante as eleições de 2018. Não desconsideramos que o antipetismo tenha sido fruto de um discurso complexo e abrangente no jornalismo nacional e no cenário político como um todo, mas o foco desta pesquisa é observar de quais modos ele aparece no discurso bolsonarista.

quanto mais extensa for a cadeira equivalencial, menos “natural” é a articulação entre seus elos e mais instável é a identificação do inimigo, localizado do outro lado da fronteira. (...) No caso de uma demanda específica, formulada num contexto localizado, é relativamente fácil determinar quem é o adversário. (LACLAU, 2005, p. 327)

Outro elemento fundamental para a constituição de sua identidade é o que podemos chamar de “sistema”. Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro esteve filiado a nove partidos diferentes. Ao disputar a presidência, escolheu o Partido Social Liberal (PSL), um partido inexpressivo em 2018, valendo-se do discurso de que era diferente de “tudo aquilo que está aí”. Todavia, no seu primeiro ano de mandato, ele anunciou a sua saída do PSL, após ter dito a um apoiador que o presidente do partido “estava queimado”²⁴. Bolsonaro governou sem partido político durante mais de dois anos, fato inédito para um presidente desde a redemocratização. Similarmente, Bolsonaro se mostrou instável na sua relação com outras figuras políticas²⁵ e no ataque à mídia brasileira. Em uma perspectiva laclauiana, esse movimento condiz com a construção de sua identidade de líder: a estampa de um representante antissistema, que se opõe “ao adversário”, mas é incapaz de nomeá-lo – e, então, elege uma multiplicidade deles.

A palavra “ideologia”, nesse sentido, também tem um papel importante no pronunciamento. Como discutimos anteriormente, no plano de governo, Bolsonaro recorre à ideia de ideologia enquanto um significante vazio (LACLAU, 2005), utilizando-a como uma forma de articular seus inimigos. Apenas nos pronunciamentos realizados na cerimônia de do dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro utilizou a palavra ideologia e suas variações nove vezes. O quadro abaixo demonstra as sequências discursivas:

Quadro 2 – Ideologia na cerimônia de posse

Local	Sequência Discursiva	Especificação
Congresso Nacional	Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a	-

²⁴ A declaração aconteceu em um evento no Palácio da Alvorada e está disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/08/esquece-o-psl-ta-ok-afirma-bolsonaro-ao-falar-com-apoiador-no-palacio-da-alvorada.ghtml. Acesso em: 26 fev. 2022.

²⁵Mencionamos, por exemplo, os casos de Sérgio Moro e General Hamilton Mourão. Nos primeiros meses de seu governo, Bolsonaro assumiu um forte laço com ambos: nomeou o ex-juiz Moro como Ministro da Justiça por sua atuação na Lava Jato mas, quando foi acusado por uma suposta interferência da Política Federal, o chamou de “traíra” e “mentiroso” em uma *live* no seu Instagram; nomeou Mourão como seu vice-presidente mas, quando foi criticado pela sua postura após a derrota nas eleições de 2022, foi duramente criticado por seus filhos Eduardo e Carlos Bolsonaro – o último, afirmou no Twitter “nenhuma novidade vinda desse que sempre disse que era um bosta”. As afirmações podem ser verificadas nos perfis oficiais do ex-presidente e dos deputados nas redes sociais, e foram reproduzidas em notícia pelo jornal CNN Brasil. Disponível em: cnnbrasil.com.br/politica/sem-citar-nomes-carlos-e-eduardo-bolsonaro-reagem-ao-pronunciamento-de-mourao/. Acesso em: 5 jan. 2023.

	definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica .	
	Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero , conservando nossos valores.	Ideologia de gênero
	Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas .	-
	Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia, para que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia sem o viés ideológico .	-
Palácio do Planalto	Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros.	-
	Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.	Ideologias que destroem valores e tradições
	Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças , do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família.	-
	Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.	Ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais
	Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais	-

Fonte: Biblioteca da Presidência da República. (elaboração própria, grifos nossos)

Em seu plano de governo, como observamos anteriormente, Bolsonaro defendeu uma educação “sem ideologia”. Do mesmo modo, no pronunciamento, propõe enfrentar a “ideologização de nossas crianças” e “retirar o viés ideológico das relações internacionais”. Em suas falas, Bolsonaro parte do pressuposto de que ele, enquanto figura política, é capaz de pensar e agir sem qualquer tipo de ideologia. Vimos que o uso da palavra no discurso bolsonarista contraria os princípios basilares da AD que, a partir dos ensinamentos de Althusser (1970) e Pêcheux ([1975] 1995), pressupõe que assim como “não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1975. apud ORLANDI, 2007, p. 17).

Nesse sentido, notamos que Bolsonaro nem sempre especifica a ideologia a qual se opõe. Por vezes, é a “ideologia que defende o bandido” ou a “ideologia de gênero”, mas, por outras, é apenas “a ideologia”, “as amarras ideológicas” ou “a ideologização”. Esse significante vazio (LACLAU, 2005), apesar de não estabelecer suas próprias margens, é utilizado como

uma ferramenta capaz de estabelecer fronteiras – se Bolsonaro é livre da ideologia, “a ideologia são os Outros” e, como prevê Laclau (2005), a vagueza própria do discurso populista é também presente na (in)determinação dos adversários do líder. Ainda assim, o presidente é categórico ao protegê-la como inimiga no Brasil, afirmando que ela (“a ideologia nefasta”) é responsável por “destruir a família”, “tirar a vida de inocentes”, e “levar insegurança a todos os lugares”, em um jogo de oposições que o coloca (ele, um homem isento de ideologia) ao lado de “Deus” e da “verdade”.

Voltando às suas primeiras palavras, ao afirmar que “isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida”, Bolsonaro refere-se ao episódio ocorrido em 6 de setembro de 2018 em Minas Gerais. Na data, ao realizar um ato de campanha na cidade de Juiz de Fora, o candidato foi atingido por um homem com uma faca e teve lesões severas, o que o impediu de participar dos debates presidenciais²⁶. São várias as narrativas que giram em torno da “facada” e da recuperação de Bolsonaro, mas os fatos foram recorrentemente mencionados por ele como “atentado da esquerda” e “milagre de Deus”. Em outro discurso proferido em 2019, desta vez na Organização das Nações Unidas (ONU), afirma:

A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que ele nos revestiu. (...) E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. (...) Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida. (BRASIL. Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). 2019)

A narrativa de Bolsonaro recorre novamente à ideologia, um significante vazio (LACLAU, 2005), posicionando-a não apenas como inimigo da nação, mas também como elemento que, com seus próprios “métodos”, é capaz de invadir a alma humana e “expulsar Deus; enquanto reitera que ele, por outro lado, na posição de dirigente isento de ideologia (e também vítima da ideologia alheia), é milagrosamente salvo.

Semelhantemente, ao apresentar-se à população como o novo Presidente da República no dia 1º de janeiro, Jair Bolsonaro inicia o seu discurso servir ao povo como chefe do Executivo “só está sendo possível porque Deus preservou” a sua vida e no decorrer do pronunciamento, repete a palavra “Deus” outras seis vezes: “(...) guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, vamos (...)”; “Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus

²⁶ Em um extenso artigo escrito em 2022, em parceria com o Projeto Checagem, a Folha de São Paulo narrou o episódio da facada em Juiz de Fora/MG, analisando diversas narrativas que giraram em torno do acontecimento. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/saiba-o-que-e-comprovado-e-o-que-e-falso-sobre-a-facada-em-bolsonaro-em-2018.shtml. Acesso em: 2 jan. 2023.

(...)”; e, de novo, “Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e minha saúde nos momentos mais difíceis.”; concluindo o texto com o principal bordão de sua campanha eleitoral “Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação. Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Goldstein (2019) defende que a ampla adesão da população cristã (sobretudo evangélica) ao discurso religioso sobre Deus, a família tradicional, o combate à “ideologia de gênero” e a legalização do aborto, foi uma das principais estratégias políticas utilizadas por Bolsonaro. No entanto, a tradição bíblica no discurso bolsonarista parece ultrapassar o nível da pauta política, ocupando, em sua narrativa sobre si mesmo, a essência de sua “missão” na vida política.

Nesse sentido, Zúquete (2017) e Finchelstein (2020) destacam que uma das características do populismo religioso e neoliberal, respectivamente, é o uso do caráter simbólico da religião como legitimação da ação do governante. A religião, portanto, não é mencionada apenas como parte dos valores pessoais, políticos ou morais do presidente, mas também como a matriz de sua própria ascensão. Nos dizeres de Bolsonaro, a ideologia é a inimiga do povo e arquiteta o seu declínio, enquanto Deus (simbolizando a verdade ou a não ideologia) é amigo e, por evidência de um milagre, salvou sua vida e o elegeu como o salvador. Esse argumento reaparece diversas vezes em sua fala e, de forma ainda mais evidente, na última *live* que fez em seu Instagram, antes de viajar para os Estados Unidos após sua derrota nas eleições de 2022, quando afirma ter possivelmente escutado um chamamento de Deus para se candidatar à Presidência da República:

É trabalho de domingo a domingo. Não estou reclamando, fui voluntário a concorrer à Presidência da República. **Não sei o que aconteceu a mim, foi um chamamento de Deus, talvez: ‘se lance candidato, deixa o resto comigo’,** e quem acredita em Deus sabe que para ele tudo é possível. (...) Repito, se a facada tivesse sido fatal em 2018, como estaria o Brasil hoje? Você consegue entender isso daí? **Foi a mão de Deus que me salvou. Foi também a mão Dele que me elegeu.** (BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). 2022. grifos nossos)

O dualismo característico do cristianismo – a separação entre “o bem e o mal” ou “céu e inferno” – aparece ao lado da articulação do inimigo (LACLAU, 2005), de modo que “a religião importa antes de tudo como um marcador de identidade, permitindo-lhes distinguir entre os bons “nós” e os maus “eles”” (DEHANAS; SHTERIN, 2018, p.177). Assim, atribuir o sucesso de sua recuperação a Deus (e não aos médicos que o socorreram ou à ciência, por exemplo) e a sua vitória eleitoral à “mão Dele” (e não aos eleitores), é como uma tentativa de reiterar a hipótese de que, ao contrário daqueles que foram contaminados pelo veneno da ideologia e tentaram assiná-lo, ele está ao lado dos “bons”.

Diante da deificação de sua própria posição, Bolsonaro fala de si como o único que, ao lado do povo, será capaz de transformar o Brasil²⁷. Como uma engrenagem que parece constituir toda a base de seu discurso, ao falar sobre a transformação, volta a denunciar seus adversários como aqueles que destruíram o país – e convida o povo a “restabelecer” a ordem com ele através das sequências discursivas como²⁸: “Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível”, “podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil”, e “temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos”. Amossy (2018), ao discorrer sobre retórica, sustenta que a persuasão acontece quando há um conjunto de princípios e pressupostos comuns entre as instâncias envolvidas no processo comunicativo. Isso significa que o orador deve basear o seu argumento em um universo discursivo reconhecido por seu auditório, o qual, a partir desse pressuposto, é livre para conceder – ou não – o seu consentimento (AMOSSY, 2018). Nesse sentido, para convencer o público de que é o candidato ideal para reestabelecer a ordem no Brasil, Bolsonaro parte do pressuposto de que o país foi destruído e, em uma sequência cíclica de suposições, empenha-se para provar que os destruidores são os seus inimigos, ao passo que ele – por um milagre de Deus, pela não ideologia, por sua essência antissistema – está ao lado do povo.

Outro ponto relevante para a análise é quando, em certo momento do pronunciamento, ao falar sobre a reconstrução do país, Bolsonaro é interrompido por seu público em uma onda de gritos e aplausos que dura por, aproximadamente, 50 segundos. Afirma: “Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história.”

No momento em que Bolsonaro diz “a campanha mais barata da história”, o público, em uníssono, começa a gritar “mito, mito, mito”²⁹ com tanta intensidade que ele não consegue continuar a discursar. Então, Bolsonaro suspende sua fala e retira uma bandeira do Brasil do

²⁷ Mencionamos o “repost” que fez do cantor sertanejo nas redes sociais, com a frase “Só existe hoje **um** cara que me representa na política brasileira”. (grifo nosso). Referência: página X deste trabalho.

²⁸ Selecionamos apenas três sequências discursivas, mas os chamados para “reconstruir”, “reestabelecer” e “transformar” o Brasil em pelos menos sete SDs no texto: “Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, **se trabalharmos juntos**, essa **mudança** será possível”, “Podemos, **eu, você e as nossas famílias**, todos **juntos**, **reestabelecer** padrões éticos e morais que **transformarão** nosso Brasil”, “Vamos promover as **transformações** que o Brasil precisa”, “Temos uma grande nação para **reconstruir** e isso faremos **juntos**”, “Vamos propor e implementar as **reformas necessárias**”, “Vamos em busca de um **novo tempo** para o Brasil e para os brasileiros!” e “Vamos **restabelecer** a ordem neste País”. (grifos nossos)

²⁹ A gravação em vídeo dos pronunciamentos na cerimônia de posse estão disponíveis no Canal TvBrasilGov no Youtube.. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=mNlrh9jNPP4&ab_channel=TVBrasilGov Acesso em: 2 jan. 2023.

bolso, girando-a no ar assim como os seus apoiadores fazem naquele momento. Finalmente, interrompendo o clamor ao fundo, conclui: Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil, mas ainda há muitos desafios pela frente.”, e prossegue, outra vez, com o ataque à ideologia “Não podemos deixar que ideologias nefastas (...)”. O próximo tópico será dedicado ao estudo de sua campanha eleitoral, definida por ele como “a mais barata da história” graças ao ativismo de seus apoiadores nas redes sociais.

Neste ponto, concluimos com a reflexão de que o uso dos discursos da não ideologia e de Deus, como elementos simbólicos que legitimam a sua posição de presidente eleito e suas ações (ZÚQUETE, 2017; DEHANAS; SHTERIN, 2018, FINCHELSTEIN, 2020), juntamente com o pressuposto de que o Brasil foi destruído pelos Outros (AMOSSY, 2018), compõem os pilares da sua identidade discursiva negativa, ou seja, essencialmente pautada pela diferença com os inimigos (seus e da pátria) que tenta posicionar. Laclau (2005) define a dificuldade de nomeação do adversário como um movimento típico da lógica populista que é, por natureza, pautada pela vagueza como resultado de um processo de equivalência de demandas – e Bolsonaro, tanto no âmbito do inimigo, quanto de suas propostas governamentais, parece responder à vagueza em seu discurso. Dito isso, passaremos à análise no nível da interação.

3.4.A GRAMÁTICA BOLSONARISTA NAS REDES SOCIAIS

Como vimos no tópico anterior, em um determinado momento, o pronunciamento de posse de Jair Bolsonaro é interrompido pelo público que o assistia no Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro de 2019. A audiência, que até o momento presenciava o rito em silêncio, reagiu com gritos e aplausos à última frase da sequência discursiva: “Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história”. Em uníssono, os presentes passaram a entoar a palavra “mito” repetidamente, com tanta intensidade que o orador decidiu suspender a sua fala. Unindo-se ao público em gesto, Bolsonaro retirou uma bandeira do Brasil do bolso e, depois de exibi-la com os braços esticados, começou a girá-la no ar. A cena durou por aproximadamente 50 segundos. Finalmente, o presidente retomou o discurso engratecendo seus eleitores e, novamente, atacando a “ideologia”:

“Graças a vocês... Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente, não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem (...)”. (BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). 2022.)

A menção à campanha eleitoral e a reação acentuada do público presente no Palácio da Alvorada não são mera casualidade. De fato, o presidente eleito em 2018 conduziu uma campanha barata e inédita³⁰ quando comparada, em termos de utilização de recursos públicos, ao padrão das corridas presidenciais desde a redemocratização. Filiada a uma sigla inexpressiva, o Partido Social Liberal (PSL), com poucas alianças, com um tempo de TV de apenas 8 segundos no 1º turno e sem dispor dos mesmos recursos financeiros de outros candidatos, a campanha de Jair Bolsonaro recorreu ao financiamento coletivo e às redes sociais como principal estratégia³¹ e foi muito bem-sucedida.

Além disso, depois do ataque da “facada” em setembro, na reta final da campanha, Bolsonaro parou de viajar o Brasil e declarou que, por recomendações médicas, também não participaria dos debates presidenciais que foram transmitidos nos canais abertos de televisão. Ao final do primeiro turno, após ter sido com o candidato com a maior quantidade de votos válidos e, novamente, recorrendo ao discurso da verdade e atacando os seus adversários, afirmou: “Sem grande partido, sem fundo partidário, sem tempo de TV, mas tendo a verdade e a sinceridade, desbancamos figurões que achavam que, fazendo parcerias e acordos com grandes partidos, via televisão, ganhariam a eleição”³². Como discutimos no tópico dedicado ao *ethos*, Jair Bolsonaro buscava engajamento nas redes sociais desde a época em que era deputado. O seu perfil oficial no Facebook, por exemplo, era ativo desde 2013 com postagens quase que diárias – as quais permanecem lá registradas e contribuem para a nossa análise. Sua presença era marcada sobretudo por uma comicidade conservadora e pela reprodução “memes” em uma linguagem que, como ele próprio declarava³³, se opunha ao politicamente correto e falava de política de uma “forma descontraída”.

Vimos também que, através dos textos de Hall, Goldstein e Ingram (2016) e Jacquemet (2019), Daniel Silva (2020) analisou como essa performance foi essencial para que ele se tornasse conhecido, já que sua participação propositiva no Congresso Nacional foi, por décadas,

³⁰ Dados fornecidos pelo DataFolha em parceria com a Deutsche Welle (DW). Disponível em: [dw.com/pt-br/bolsonaro-mudou-l%C3%B3gica-de-como-se-faz-campanha-no-brasil/a-45792809](https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-mudou-l%C3%B3gica-de-como-se-faz-campanha-no-brasil/a-45792809). Acesso em: 2 jan. 2023.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Página 19 deste trabalho.

inexpressiva. Por meio de sua postura jocosa, de homem “brincalhão e descontraído”, Bolsonaro não parecia assumir um comprometimento com a institucionalidade de sua posição, tampouco com a formalidade no conteúdo e no formato suas postagens – o que, na teoria de Frankfurt (2005) e Jacquemet (2019), como relacionou Silva (2020), o caracteriza como um *bullshitter*, ou seja, alguém que tenta se diferenciar de um mentiroso através do artifício do humor. O objetivo do *bullshitter* não é esconder ou deturpar a informação – na verdade, a veracidade de uma informação não é importante para ele – mas causar uma impressão em seu público, com a sua capacidade de simplesmente “dizer o que pensa” e fazê-los rir com a ridicularização do inimigo (JACQUEMET, 2019). Recorrentemente, em suas redes sociais, o deputado utilizava-se desse método para hostilizar os seus adversários – os quais, como discutimos a partir da teoria do discurso populista em Laclau (2005), são múltiplos. Vejamos, como exemplo, um “meme” repostado em seu perfil oficial em 18 de março de 2014:

Figura 9 – PSOL, PT e Pcdob



Fonte: Jair Messias Bolsonaro no Facebook

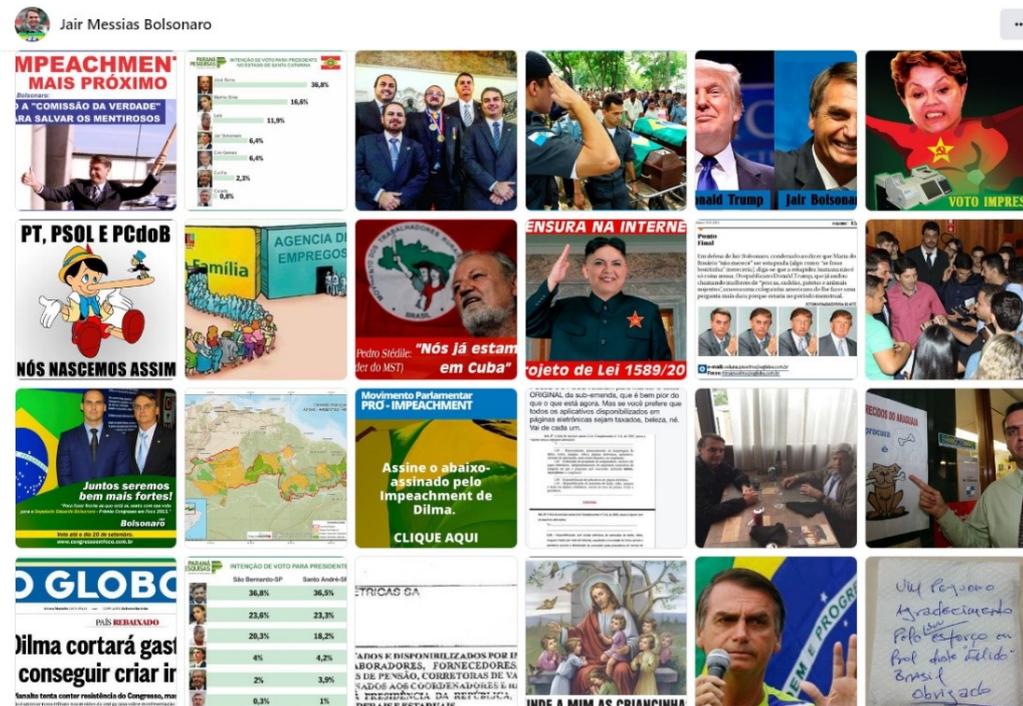
Na imagem, uma das fotografias mais famosas de Osama bin Laden aparece editada com os símbolos do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Comunista Brasileiro (Pcdob) em seu véu. Capturado e morto em 2011, Osama ficou conhecido por ter sido um dos principais líderes da Al-Qaeda, organização à qual são atribuídos diversos atentados terroristas contra os Estados Unidos e seus aliados. A postagem, porém, não

acompanha legenda ou qualquer explicação sobre uma suposta relação entre o líder árabe-saudita e os partidos políticos brasileiros – talvez, Bolsonaro quisesse insinuar que ambos são criminosos, terroristas ou perigosos para o Brasil. De qualquer modo, o objetivo do interlocutor não é revelar uma informação factual ou fazer uma análise teórica sobre o porquê de suas possíveis similaridades. O *bullshitter* (JACQUEMET, 2019; SILVA, 2020) pretende, simplesmente, ridicularizar o inimigo e causar uma reação de entretenimento no público – o que de fato acontece: apesar da seriedade da insinuação, no universo cômico de seu perfil de deputado federal, a publicação é vista como engraçada por seus seguidores que, majoritariamente, curtem e reagem com a opção “haha” do Facebook. Para Brum (2022), no funcionamento do discurso de Bolsonaro e seus apoiadores, a “estética” substitui a “ética”³⁴: não importante quão violento ela seja em suas críticas, seus eleitores o veem como “sincero”, enquanto todos os outros políticos são vistos como corruptos e mentirosos.

Uma parte considerável das postagens feitas pelo perfil oficial de Bolsonaro entre 2013 e 2017 tem essa mesma natureza de “meme de ataque”: uma montagem associada aos seus inimigos, às vezes complementada por uma legenda com uma afronta explícita, mas raramente acompanhada de esclarecimentos, fontes ou formalidades. Para ilustrar, selecionamos um conjunto de imagens postadas durante um mês em seu perfil oficial no ano de 2015:

³⁴ Em um artigo publicado no jornal *The Guardian*, Brum (2022) escreve: “*Bolsonaro is less a post-truth phenomenon than a phenomenon of what I call self-truth. The content of what he says doesn’t matter: what matters is the act of saying it. Aesthetics have replaced ethics. By saying everything and anything, no matter how violent, he is labelled truthful or sincere by his voters at a time when politicians are being shunned as frauds and liars*” (tradução nossa)

Figura 10 – Postagens em um mês (setembro de 2015)



Fonte: Jair Messias Bolsonaro no Facebook³⁵

No conjunto composto por 24 postagens, pelo menos 20 contêm alguma afronta aos seus adversários. O deputado ataca Dilma Rousseff com montagens feitas com seu rosto: uma delas que aborda “um de seus projetos de lei que quer instituir a censura na internet” e parece fazer referência a Mao Tsé-Tung, o ex-presidente da China; e a outra a representa como Super-Homem com a legenda “O VOTO IMPRESSO ESTÁ PARA O PT ASSIM COMO A KRYPTONITA ESTÁ PARA O SUPER-HOMEM”). Além disso, ataca a mídia, representada por trechos de jornais que teriam publicado reportagens falsas (positivas) sobre o então governo Dilma e (negativas) sobre ele mesmo; o “pensamento marxista” que, em seus dizeres, quer a “relativização da pedofilia”, na imagem bíblica de Jesus com a mensagem “VINDE A MIM AS CRIANCINHAS”; os partidos políticos supramencionados, com o desenho de Pinóquio e a mensagem “nós nascemos assim”; à Comissão da Verdade, em especial o Grupo de Trabalho Perus, responsável por identificar corpos de desaparecidos político durante a ditadura militar, com o panfleto “quem procura osso é cachorro”; o MST; ao Bolsa-Família, entre tantos outros.

Em meio aos ataques, Bolsonaro faz algumas postagens sobre a sua própria popularidade e sobre as intenções de voto para que ele seja o próximo presidente nas eleições

³⁵ O conjunto representa a totalidade de imagens postadas entre 5 de setembro e 8 de outubro de 2015 e pode ser acessado na aba “Fotos de Jair Messias Bolsonaro” em sua página oficial no Facebook. Disponível em: www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos. Acesso em: 2 jan. 2023.

de 2018. Através da manipulação do ativismo algorítmico em prol da sua própria popularidade (DIJCK, 2013; MALY; BEEKMANS, 2018), como discutimos anteriormente, da performance não-séria, antissistema e contrária ao politicamente correto (SILVA, 2020), e da apresentação do seu perfil pessoal e das suas *fan pages* como os únicos provedores legítimos da informação, o discurso de Bolsonaro mobiliza aqueles que também estavam insatisfeitos com a atual gestão de tal forma que ele passa a ser visto como única opção viável para a política (NOBRE, 2020).

Após ter se candidatado à presidência, a quantidade de postagens dessa natureza foi diminuindo gradativamente em seu perfil oficial, dando espaço a fotografias pessoais com textos de campanha. Com as eleições de 2018, é possível observar uma drástica mudança estética em seu perfil oficial no Facebook, embora os ataques aos adversários tenham continuado presentes em conteúdo. O espaço das montagens e memes, porém, que antes constituíam a maior parte dos conteúdos publicados pessoalmente pelo deputado, parece ter sido deslocado para as comunidades virtuais de seus seguidores – a totalidade que, como discutimos no capítulo anterior, foi apelidada de *bolsoesfera* por Cesarino (2019).

Nesse sentido, Blommaert (2022) e Cesarino (2019) argumentam que, no campo discursivo do populismo digital, é comum que os líderes ensinem os seus seguidores a falarem e agirem como ele. Ao analisar o perfil do ex-presidente Donald Trump no Twitter, Blommaert (2022) notou que muitos de seus *tweets* aparecem como “pedaços de discurso que podem ser ditos por outros e, na verdade, contêm vários indicadores exatos de como eles podem ser entregues no discurso falado”³⁶.

No caso de Bolsonaro, observamos que diversos termos criados para nomear pejorativamente os adversários, como “petralhada”, “Globo lixo”, “esquerdopatas”, “bolsa esmola” (SAMPAIO; SILVA, 2017) e “Mula”, o último para se referir a Lula, foram utilizados por ele e seus seguidores em um transcurso que se confunde. Ao questionar a intencionalidade ou a existência de um possível conhecimento sobre a “ciência do populismo” por parte da equipe de comunicação digital de Bolsonaro, Cesarino (2019) afirma que a recursividade entre teoria e prática se torna ainda mais poderosa ao passo que é fractalizada no cenário digital – afinal, esses padrões discursivos são internalizados e reproduzidos em um nível subconsciente, não há necessidade de um manual explícito e qualquer pessoa com conexão à internet é capaz de fazê-lo rapidamente. Além disso, complementa que esses padrões são sistêmicos em diversos

³⁶ “Some of [Trump’s] tweets appear as chunks of discourse that can be spoken by others. In fact, they contain lots of pointers as to exactly how they can be delivered in spoken speech. In other words, they are instructional, showing his followers how to speak like Trump” (BLOMMAERT, 2022, p. 2). (tradução nossa)

sentidos: para além do conteúdo, eles estruturam o discurso em um nível meta-comunicativo e operam como um complexo mecanismo de redução que é capaz de desenhar uma fronteira rígida entre o que pode estar dentro do grupo; e, como prevê Laclau (2005), são eficazes em produzir e estabilizar a ideia de “povo” em um eixo sintagmático (oposição nós-eles) e paradigmático (líder-povo) (CESARINO, 2019).

Essas estruturas podem ser observadas não apenas no nível interacional das páginas oficiais de Jair Bolsonaro no Facebook ou no Twitter, mas em uma complexa rede de filtragem e repasse de informações favoráveis ao candidato em aplicativos como o Telegram e o WhatsApp. Se por um lado a presença de Bolsonaro em seus perfis oficiais foi adquirindo uma identidade visual mais institucionalizada ao longo dos anos, não apenas os memes, mas toda essa “gramática bolsonarista” (CESARINO, 2019) foi sendo cada vez mais difundida nos grupos de seus apoiadores. Em sua análise sobre o conteúdo das mensagens que circulavam nesses grupos, Cesarino (2019) observou cinco padrões bem específicos, os quais se assemelham muito à linguagem que era utilizada por Bolsonaro em suas redes sociais: i) a criação de uma fronteira amigo-inimigo; ii) o fortalecimento do carisma do candidato e a construção de paralelos entre eles e seus seguidores; iii) a mobilização da audiência através de mensagens alarmistas e conspiratórias; iv) a canibalização do oponente; e v) a desqualificação de fontes “tradicionais”, como a mídia e a academia.

Sobre esse deslocamento do discurso populista do líder, a autora acrescenta que:

A gramática populista da campanha Bolsonaro se fractalizou para seus eleitores nessa camada, por meio do que Gregory Bateson chamou de deuteroprendizado. É como se cada eleitor tivesse se tornado um ‘Bolsonarozinho’ fazendo a campanha utilizando a mesma gramática populista disparada na memética. Eles mesmos se entendiam dessa forma: marqueteiros do Jair, fiscais do Jair, exército do Jair, escudo do Jair, robôs do Bolsonaro eram termos e hashtags amplamente circulados no que chamei, na época, de bolsoesfera. Padrões muito semelhantes foram observados no caso do Trump nos EUA, ou do Modi na Índia. (CESARINO, 2020, p. 1)

Retomando os dizeres do discurso de posse do dia 1º de janeiro de 2019, ao atribuir aos eleitores o sucesso de sua campanha eleitoral, em “graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história”, Bolsonaro ratifica a importância do espaço virtual para o exercício da sua própria política. É como se, somente através das redes sociais e da participação ativa de seus seguidores, fosse possível alcançar a Presidência da República e quebrar o sistema a que ele tanto se opõe. Nesse sentido, também em relação a Trump, nos Estados Unidos, Varis (2020) analisou como o líder promoveu, em seu perfil do *Twitter*, um papel de “transmissoras da verdade” às redes sociais. Em uma dinâmica semelhante de identificação de inimigos (dele e

do povo), Trump coloca a internet como o único canal disponível para a promoção dos “fatos”, em contraposição com as mentiras propagadas pela grande mídia (VARIS, 2020). Importante notar que, ao fazer menção a esse canal capaz de informar e “desmentir”, assinala “o Twitter”, a “internet” ou “as mídias sociais”, de forma geral, mas evidentemente aludindo aos seus próprios perfis.

Tais declarações apareceram, inclusive, nas vezes em que o ex-presidente foi ameaçado de ter as suas contas restritas por ter promovido conteúdo falso ou impróprio. Varis (2020) observou que, nessas ocasiões, Trump apresentou teorias conspiratórias do tipo “a Mídia das Notícias Falsas odeia quando eu uso minha ferramenta mais poderosa, que reúne 100 milhões de pessoas, para contar a verdade”³⁷, como se a restrição fosse, além de uma tentativa arbitrária de silenciá-lo, um ataque aos seus seguidores – os quais dependem dele para ter acesso à verdade. De acordo com Varis (2020), os dizeres de Trump não apenas chamam a atenção para um inimigo a ser vigiado, mas também o colocam como o provedor de uma verdade sem mediação e sem filtros e que só pode falar com (e pelo) o povo através de suas redes sociais.

A gramática populista de Jair Bolsonaro, fractalizada por seus seguidores, parece produzir um efeito similar. Ao passo que os seus eleitores rotulam a si mesmos como “marqueteiros, fiscais, exército e robôs do Jair” no espaço das redes sociais, Bolsonaro os reconhece como responsáveis pela sua posição política que, em seus dizeres, resultará em uma mudança profunda no Brasil. Nessa lógica, qualquer ameaça de restrição ao conteúdo postado em seus perfis na internet passa a ser, também, uma ameaça direta ao povo e à verdade – e, como vimos em Laclau (2005) e Mouffe (2018), essa simbiose entre líder e povo, mobilizada pela oposição comum ao inimigo e carregada de afetos, é central para a estratégia discursiva populista.

Diante de uma ameaça de restrição ao conteúdo postado em seu perfil pessoal ou de seus aliados, equipado de um discurso sobre o direito à liberdade de expressão, assim como Trump (VARIS, 2020), Bolsonaro faz ecoar a premissa de que “eles querem nos censurar”³⁸. Esse

³⁷ Em seu texto, Varis (2020) reúne uma série de *tweets*, entre os quais destacamos: “Only the Fake News Media and Trump enemies want me to stop using Social Media (110 million people). Only way for me to get the truth out!” “The Fake News Media hates when I use what has turned out to be my very powerful Social Media - over 100 million people! I can go around them. (tradução nossa)

³⁸ Em entrevista ao site O antagonista, em 19 de outubro de 2022, Bolsonaro afirmou que as pessoas não deveriam ser punidas por espalharem *fake News*: “Ninguém podia ser punido por fake news. Por que não? Porque não tem uma tipificação penal para isso.” Além disso, afirmou que há um crescimento da censura durante as eleições, e sugeriu que o Poder Judiciário quer silenciá-lo: “Há uma potencialização da censura, no meu entender, por conta das eleições. O que transparece para a gente, não posso afirmar, é que por parte de alguns do Judiciário há um interesse por um candidato, tanto é que censura, desmonetização, derrubada de página só acontece do **nosso** lado.”

argumento, dirigido ao público em tom de denúncia, já aparecia em seus perfis enquanto era deputado federal, mas ficou especialmente evidente durante as eleições de 2022, quando o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu a regulação dos meios de comunicação³⁹. Embora Lula versasse, sobretudo, sobre tópicos como a redemocratização das emissoras de televisão e a proteção ao direito de resposta⁴⁰, Bolsonaro foi ágil em sugerir que os seus opositores queriam instaurar a censura no Brasil.

No último tópico de análise, exploraremos esse tema sob a ótica do pronunciamento que marcou o fim do seu governo no dia 2 de novembro de 2022, em paralelo com o discurso de posse em 2018. Veremos que, apesar de breve, a sua fala reuniu quase todos os elementos explorados até aqui: a vagueza, a identidade pautada no inimigo, a elevação de sua comunidade on-line e a crítica à censura como elemento que, nos seus dizeres, é defendido por seus opositores.

3.5. VAGUEZA E SILÊNCIOS APÓS DERROTA: CONFRONTOS E PARALELOS

O fim do governo Bolsonaro foi marcado pelo silêncio. Após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter confirmado a sua derrota no segundo turno, em 30 de outubro de 2022, o então presidente não se pronunciou publicamente para reconhecer a vitória do candidato Lula da Silva (PT) – o que nunca havia ocorrido em nenhuma eleição desde a redemocratização. Mais do que isso, a ausência de Jair Bolsonaro foi completa: além de ter permanecido calado no Palácio da Alvorada, recusando-se a receber até ministros que tentaram contato, ele, que era ativo diariamente nas redes sociais desde 2019, não fez nenhuma postagem sobre as eleições, tampouco sobre qualquer outro assunto⁴¹. Esse silêncio foi interpretado por muitos, tantos por

(grifo nosso). Disponível em: noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/19/bolsonaro-podcast-censura-fake-news. Acesso em: 2 jan. 2023.

³⁹ Sem especificar suas propostas, Lula afirmou que: “Quem vai regular é a sociedade brasileira, não vai ser o presidente da República. Vamos ter que convocar plenárias, congressos, palestras; e a sociedade vai dizer como tem que ser feito para gente poder democratizar, regular melhor o direito de resposta” Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5018963-lula-volta-a-defender-regulacao-dos-meios-de-comunicacao.html

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Listamos algumas reportagens publicadas entre 30 de outubro e 2 de novembro de 2022 que abordaram as incertezas e as suspeitas geradas pelo silêncio de Bolsonaro após a derrota nas urnas: “Silêncio de Bolsonaro sobre eleições inflama militância e gera incerteza política”. Disponível em: metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/silencio-de-bolsonaro-sobre-eleicoes-inflama-militancia-e-gera-incerteza-politica. Acesso em: 2 jan. 2023.

seus opositores, quantos apoiadores, como um cálculo político: provavelmente, Bolsonaro não reconheceu a sua derrota eleitoral e quer tentar reverter a situação – não por acaso, já que há meses o presidente questionava a eficácia das urnas eletrônicas, mesmo sem provas, adiantava que não reconheceria um resultado eleitoral “fraudulento” e que, se necessário, acionaria as Forças Armadas. Nesse cenário, enquanto os jornais alertavam sobre os perigos da ausência de uma transição pacífica, a parcela mais fanática de seus apoiadores ia para as ruas.

Em entrevista à Deutsche Welle (DW)⁴², o cientista político Leonardo Paz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirmou que:

Ele não falou com o público, ele não falou com as pessoas. Ele possivelmente estará a preparar-se para qualquer tipo de ação. Há quem pense que ele está a participar de alguma maneira nos protestos [que estão a bloquear centenas de rodovias]. Outros dizem que ele está simplesmente em negação e, por não saber o que fazer, não se manifesta. Resta saber se se trata de um silêncio absoluto, ou se ele está a preparar-se para fazer algo, por exemplo esperar pela situação dos camionistas e dos seus seguidores. Possivelmente ele esteja à espera de uma escalada do conflito para que ele possa atuar, por exemplo, colocando as Forças Armadas para começar a ocupar pouco a pouco esse terreno. (PAZ, 2022, p. 1)

Poucas horas após a publicação do resultado oficial das eleições, ainda na noite de domingo, dia 30 de outubro, foram identificados os primeiros protestos em algumas cidades do Mato Grosso (MS) e do Rio Grande do Sul (RS)⁴³. Na internet, circularam vídeos de manifestantes bloqueando rodovias estaduais e federais, enquanto entoavam o hino nacional e ateavam fogo em pneus para impedir a circulação de pessoas na madrugada do dia 31⁴⁴. Em menos de 24 horas após a vitória de Lula (PT), a situação havia se alastrado por diversos locais do país, e contava com a presença de caminhoneiros e civis. Na manhã do dia 31, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) já havia registrado bloqueios em pelo menos 20 estados⁴⁵ do Brasil, sobretudo no Sul e no Sudeste. Os manifestantes alegavam que as eleições haviam sido fraudadas e pediam por uma intervenção militar.

“Silêncio de Bolsonaro sobre bloqueios lubrifica golpismo nas rodovias”. Disponível em: noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/31/silencio-de-bolsonaro-sobre-os-bloqueios-lubrifica-golpismo-nas-rodovias.html. Acesso em: 2 jan. 2023.

“Silêncio de Bolsonaro intriga familiares e caminhoneiros alimentam dúvidas sobre transição pacífica” Disponível em: rfi.fr/br/brasil/2022/silencio-de-bolsonaro-intrigas-familiares-e-caminhoneiros. Acesso em: 2 jan. 2023.

⁴² Entrevista concedida à Thiago Melo, da DW África, em 1º de novembro de 2022. Disponível em: dw.com/pt-002/protestos-e-tensao-marcam-ambiente-pos-eleitoral-no-brasil/a-63616868. Acesso em: 2 jan. 2023.

⁴³ Disponível em: g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/eleicoes-manifestacoes-rodovias-rs.ghtml. Acesso em: 2 jan. 2023.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

Nesse ponto, diversas figuras públicas, como líderes, artistas, congressistas e instituições, começaram a se posicionar sobre o silêncio de Bolsonaro. Os bloqueios estavam provocando transtornos em áreas essenciais, como a de insumos alimentares, e o acesso de pessoas e mantimentos a hospitais e aeroportos, e a PRF não estava sendo capaz de contê-los. A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, em entrevista coletiva, afirmou que “quem preside o Brasil nesse momento é Jair Messias Bolsonaro, a responsabilidade é dele e dos órgãos que ele governa, então ele tem que resolver isso para não prejudicar a população”, enquanto o senador Wellington Dias (PT-PI), em nota à imprensa, frisou que o presidente estava “cometendo rime de responsabilidade e omissão”⁴⁶. A pressão para que Bolsonaro, não apenas como presidente em exercício, mas também como pretexto das manifestações, quebrasse o silêncio alcançou, também, autoridades e a mídia internacional. O então presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em ligação realizada no dia 31 de outubro ao candidato eleito, Lula, o parabenizou e realçou que as eleições foram “livres, justas e verossímeis”⁴⁷.

No entanto, foi somente na tarde do dia 1º de novembro, quase 48 horas após o término das eleições, que Jair Bolsonaro apareceu em público no Palácio da Alvorada. Seu discurso foi breve e, embora tenha sido lido pausadamente em voz alta, durou exatos 2 minutos e 3 segundos. Apresentamos, na tabela abaixo, o pronunciamento transcrito na íntegra e dividido em sequências discursivas, as quais foram organizadas pela sequência natural de fala e segmentadas de acordo com os elementos observados na análise:

Quadro 3 – Pronunciamento oficial de Jair Bolsonaro após derrota eleitoral

SD1	Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro.
SD2	Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral.
SD3	As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda , que sempre prejudicaram a população , como invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir.

⁴⁶ Disponível em: correio braziliense.com.br/politica/2022/11/5048720-gleisi-hoffmann-reconhecer-bloqueios-como-pacificos-e-incentiva-los.html. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴⁷ Matéria publicada pela revista estadunidense *Financial Times* em 31 de outubro de 2022. Disponível em: ft.com/content/deec1d37-38ce-40b8-820b. Acesso em: 15 jan. 2023.

SD4	A direita surgiu de verdade em nosso país. Nossa robusta representação no Congresso mostra a força dos nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade . Formamos diversas lideranças pelo Brasil. Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca. Somos pela ordem e pelo progresso.
SD5	Mesmo enfrentando todo o sistema , superamos uma pandemia e as consequências de uma guerra.
SD6	Sempre fui rotulado como antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores , sempre joguei dentro das quatro linhas da Constituição. Nunca falei em controlar ou censurar a mídia e as redes sociais .
SD7	Enquanto presidente da República e cidadão , continuarei cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição.
SD8	É uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que, como eu , defendem a liberdade econômica, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, a honestidade e as cores verde-amarela da nossa bandeira . Muito obrigado.

Fonte: Biblioteca Nacional da Presidência da República (elaboração própria, grifos nossos)

Agradecendo exclusivamente aos brasileiros que votaram nele (SD1), sem qualquer menção ao candidato eleito ou a sua derrota eleitoral, e sem responder às perguntas dos jornalistas, Bolsonaro retirou-se da Alvorada. Na sequência, coube ao ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, confirmar o início do processo de transição: “o presidente Jair Messias Bolsonaro me autorizou, quando for provocado, com base na lei, nós iniciaremos o processo de transição”.

Mais uma vez, podemos notar alguns elementos centrais na gramática populista de Jair Bolsonaro que foram previamente explorados neste trabalho: a vagueza (SD2, SD3), o afeto (SD2, SD8), o uso simbólico religião (SD4), a identidade pautada na não-identificação com o inimigo (SD3, SD6), a postura antissistema (SD5) e o discurso da liberdade de expressão relacionado ao funcionamento das mídias sociais (SD6). Além disso, notamos a presença de outros dois elementos que também são recorrentes no discurso bolsonarista mas que, por razões metodológicas, decidimos abordar somente neste último tópico: o patriotismo (SD4, SD8) e a ambiguidade ou (como veremos, nesse caso, o mascaramento da) incitação à violência (SD3).

Diante do caos instaurado pelas manifestações antidemocráticas que ocorriam desde o dia 30 de outubro, vimos que havia uma pressão política, midiática e popular para que o presidente em exercício quebrasse o silêncio, reconhecendo a sua própria derrota eleitoral e orientando aos manifestantes que interrompessem imediatamente os bloqueios. Bolsonaro, no

entanto, além de não ter garantido a transição democrática e sequer mencionado o candidato eleito, não fez uma advertência expressa àqueles que obstruíam as rodovias – pelo contrário, reconheceu as razões de sua existência (SD2) e valeu-se da situação para, novamente, criticar os seus inimigos e diferenciar-se deles (SD3).

Nos tópicos anteriores, relacionamos a vagueza como característica fundamental do discurso populista (LACLAU, 2005) ao dizeres de Bolsonaro, sobretudo em relação às suas propostas políticas e administrativas durante o período que marcou a sua candidatura à Presidência da República em 2018 e ao seu pronunciamento de posse em 1º de janeiro de 2019. Em linhas gerais, concluímos que, como propõem Laclau (2005) e Mouffe (2018), a utilização de significantes vazios por parte do líder para responder ao “povo” que, por sua vez, foi constituído através de um conjunto de demandas sociais relacionadas em uma cadeia de equivalência, é um fenômeno próprio do populismo – estratégia que, propositalmente ou não, foi amplamente utilizada pelo candidato em sua campanha eleitoral.

Todavia, no pronunciamento em análise, a crítica ao processo eleitoral (SD2) e a alusão indireta aos bloqueios (SD3) difere-se daquele padrão discursivo ao passo que não é exatamente uma resposta negativamente abrangente a um conjunto de demandas em equivalência (LACLAU, 2005), mas uma evitação. Na declaração, Bolsonaro não apresenta qualquer evidência de fraude ou irregularidade nas eleições e, a propósito, sequer faz uma denúncia material ao processo eleitoral. No entanto, ao constatar que os “movimentos populares” são resultado de um “sentimento de injustiça” sobre “como se deu o processo”, tenta atribuir responsabilidade a um evento que não consegue nomear – ou seja, ao flexionar o verbo (em “como se deu”), ele autoriza os atos furtando-se, justamente, de sua condição fundamental de legitimação: o “como”. Em uma lógica similar, mas pelo caminho inverso, o presidente deixa de deslegitimar os protestos – ele reprova “o cerceamento do direito de ir e vir” e reconhece os seus danos à população, mas desloca a responsabilização e, sem imperativos, o coloca como método exclusivo da esquerda.

Nobre (2019), ao desenvolver o que apelidou de “o caos como método”, afirma que a manutenção do colapso institucional é uma das estratégias de Bolsonaro para garantir a fidelidade de seus eleitores. Afinal, se sua identidade de líder populista é discursivamente pautada por sua postura antissistema, em um contexto onde as instituições operam de maneira disfuncional, a permanência da desordem é indispensável para o seu sucesso político (NOBRE, 2019; LACLAU, 2005). Depois do discurso no Palácio da Alvorada, os bloqueios nas rodovias

diminuíram, mas, apesar das ações da Polícia Rodoviária Federal e Militar, não desapareceram. Na tarde da quarta-feira, quase 24 horas após o pronunciamento, a PRF ainda registrava 164 bloqueios em 17 estados⁴⁸. Nos grupos de WhatsApp e Telegram, circulava a informação de que o presidente estava ao lado dos manifestantes, os quais afirmavam que “em nenhum momento ele falou que não é para manifestar, esse é o sinal que ele nos deu” e “não abandonemos as ruas, ao contrário, continuemos firme, pois penso que nas entrelinhas desse discurso possa haver algo”⁴⁹. Bolsonaro, de fato, no decorrer de todo o seu discurso, não proferiu nenhuma sentença no modo imperativo e, no único momento em que aludiu indiretamente à situação (SD2 e SD3), optou pelas palavras “movimentos populares” e “manifestações”: primeiro respaldando-a pela via do afeto (“fruto de indignação e sentimento de injustiça”), em uma construção igualmente evasiva sobre o resultado eleições, que não condenou, mas deixou de reconhecer (“de como se deu o processo eleitoral”); e, depois, dirigindo a reprovação à esquerda (“nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população”) – e não aos seus aliados. De acordo com Traumann (2019), assim como Trump, Bolsonaro utiliza a ambiguidade como método para captação e manutenção de diferentes públicos de apoio:

São inúmeros os exemplos das idas-e-vindas das declarações e atos de Bolsonaro. Ele anunciou a mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, depois se contentou com um escritório diplomático e, por fim, deixou entreaberta a porta da transferência ser feita mais à frente. Criticou duramente a China na campanha e depois confirmou uma viagem oficial a Pequim para agosto. Foi dúbio na possibilidade de apoiar o uso de território brasileiro para uma invasão da Venezuela para, depois de a hipótese ser rechaçada pelos militares, negar a possibilidade de intervenção brasileira. (...) Assim, Bolsonaro agrada o seu eleitorado hard-core para depois amenizar seu discurso para os militantes moderados. (TRAUMANN, 2019, p. 1)

Essa ambiguidade, portanto, pode ser observada tanto em relação aos dizeres do ex-presidente, quanto à tomada (ou não) de decisões políticas. O autor ainda ressalta que essa característica de “dizer, se desdizer e culpar os outros por não entenderem a mensagem não é exclusividade bolsonariana”, já que ela também pode ser observada em outros líderes

⁴⁸ Antes do pronunciamento, no dia 1º de novembro, foram registrados 235 pontos de obstrução. Na tarde da quarta-feira, quase 24 horas após o pronunciamento do Palácio da Alvorada, PRF ainda registrava, pelo menos, 164 bloqueios em 17 estados. Disponível em: politicalivre.com.br/2022/11/fala-de-bolsonaro-nao-da-fim-a-bloqueios-em-rodovias-mas-movimento-golpista-chega-menor-ao-3o-dia/. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴⁹ “Ele foi enfático em dizer que não apoia obstrução, mas eu não escutei ele dizer em nenhum momento ‘caminhoneiros, saiam das rodovias’. Eu não escutei em momento nenhum ele dizer, claramente, ‘caminhoneiros, abandonem seu posto’, ‘população, muito obrigado, voltem para suas casas’. Então peço a todos vocês que continuem, que se fortaleçam”, disse Júnior, do Sindicato dos Caminhoneiros (Sindicam), uma das lideranças dos movimentos, minutos após Bolsonaro quebrar o silêncio.” Disponível em: em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/01/interna_politica,1416079/analise-discurso-dubio-de-bolsonaro-permite-diferentes-interpretacoes.shtml. Acesso em: 15 jan. 2023.

populistas, como Donald Trump (TRAUMANN, 2019, p. 1). Sobre a evitação, Lotta (2020) resgata uma das máximas da ciência política, postulada em 1963 por Peter Bachrach e Morton S. Baratz, a qual sugere que “a não decisão é também uma forma de decisão”, no sentido de que a omissão governamental é sempre uma escolha de não aplicar recursos ou dar direcionamento para uma determinada questão. A omissão, nesse sentido, não é necessariamente silenciosa – ela pode ser fruto do excesso de mensagens contraditórias, conflituosas ou não assertivas. Diante disso, argumenta que a atuação política de Bolsonaro é composta por um arsenal de táticas de paralisia decisória responsável por nutrir o caos institucional, o que impacta e afeta os direitos da população, ao mesmo tempo que mantém um cenário de equilíbrio instável favorável à sua forma de fazer política (LOTTA, 2020).

Ainda assim, as esquivas na fala do presidente em exercício não são os únicos pretextos que corroboram com a perspectiva dos manifestantes. Em AD, Pêcheux (1969) nos ensina que o discurso é o efeito de sentido entre interlocutores e, nesse sentido, os efeitos da enunciação, assim como as suas condições de produção, são amplos. Se retomamos, por exemplo, a primeira parte do *corpus* de análise deste trabalho, qual seja o pronunciamento de posse da Presidência da República realizado por Bolsonaro quase 4 anos antes, podemos perceber alguns confrontos e paralelos. Naquela ocasião, após ter reiterado o bordão da sua campanha eleitoral (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), em meios aos aplausos que marcavam o fechamento de seu discurso, Bolsonaro retoma o microfone e, exibindo novamente a bandeira do Brasil, conclui anunciado que: “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela. Muito obrigado”⁵⁰ – e, só então, deixa o palanque.

Em ambas as ocasiões, isto é, tanto no seu primeiro discurso presidencial, no dia 1º de janeiro de 2019, quanto no que marcou a constatação do fim de seu mandato, em 1º de novembro de 2022, Bolsonaro encerra sua fala aclamando as cores verde e amarela. No entanto, se em seu último discurso sugere que, embora defendam a bandeira, seus pares são diferentes da esquerda por promoverem métodos de “manifestação pacífica” (SD3, SD8); no primeiro, os convoca a, se for preciso, dar o sangue para proteje-la. A alusão a uma batalha “sanguinária” em defesa da pátria não é pontual na gramática bolsonarista – pelo contrário: além de ser, abertamente, um entusiasta da Ditadura Militar e promover o armamento como uma das principais frentes do seu plano de governo, só no ano de 2022, tencionou a violência política

⁵⁰ Vide Anexo B.

diversas vezes. Em maio, em um evento em Propriá (SE), o chefe do Executivo e pré-candidato a um novo mandato afirmou⁵¹ que:

“A arma de fogo, além de segurança para as famílias, é segurança para nossa soberania nacional e a garantia de que a nossa democracia será preservada. Não interessa os meios que um dia porventura tenhamos que usar. Nossa democracia e nossa liberdade são inegociáveis”. (BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). 2022. grifos nossos)

Além disso, já às vésperas do primeiro turno, durante um comício em Divinópolis (MG) em 23 de setembro, Bolsonaro sugeriu que ele e a população deveriam botar um fim nos “abusos” do Poder Judiciário⁵²: “Vocês sabem que vocês estão tendo cada dia mais a sua liberdade ameaçada por outro Poder, que não é o Poder Executivo, e nós sabemos que devemos botar um ponto final nesse abuso que existe por parte de outro Poder”, concluindo sua exposição com “ninguém manda na República, a não ser o nosso povo, e a vontade desse povo se fará presente após as eleições em toda a sua plenitude”. As ameaças aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso Nacional fizeram parte não apenas de suas postagens nas redes sociais e declarações enquanto deputado federal, mas também durante o seu mandato na presidência. Em entrevista ao Jornal Nacional, em agosto de 2022, o candidato à reeleição foi questionado por William Bonner sobre por que não reprova quando seus apoiadores, na sua presença, pedem medidas antidemocráticas, como o fechamento dos dois poderes e uma “intervenção militar com Bolsonaro” e respondeu que “eu não vejo nada demais, vejo como liberdade de expressão”⁵³.

Esse conjunto de inconsistências no discurso podem nos ajudar a compreender porque, apesar de ter dito que “os nossos métodos não podem ser os da esquerda” (SD3), os seus aliados continuaram promovendo o cerceamento do direito e ir e vir, a invasão de propriedade, a destruição do patrimônio público e até meses depois, em 8 de janeiro de 2023, a invasão e a depredação do Congresso Nacional. O encadeamento de atos antidemocráticos relaciona-se com o discurso de Bolsonaro não apenas pelas vias da omissão e da negligência, mas também pelo incitamento. O discurso de ódio contra as minorias, assim como o ataque às instituições como parte importante da estratégia e da identidade política de Bolsonaro foi, nos últimos anos, objeto de estudo não apenas da Linguística, mas das mais diversas áreas do conhecimento.

⁵¹ Disponível em: exame.com/brasil/bolsonaro-defende-usar-armas-para-garantir-a-democracia/. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁵² Disponível em: estadao.com.br/politica/bolsonaro-faz-ameaca-velada-ao-stf-e-diz-que-ninguem-manda-na-republica/. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁵³ Disponível em: veja.abril.com.br/coluna/radar/nao-vejo-nada-demais-em-pedir-para-fechar-congresso-e-stf-diz-bolsonaro/. Acesso em: 15 jan. 2023.

Rocha (2021), historiador e professor titular de Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), argumenta que a guerra cultural bolsonarista não quer apenas discutir alternativas de governo, mas conquistar uma hegemonia (“a essência de uma sociedade”) através da retórica do ódio como técnica discursiva, acrescentando que:

O bolsonarismo resgata os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, aperfeiçoada na Escola Superior de Guerra (ESG) e influenciada pela atmosfera polarizada da Guerra Fria, cujo corolário de ferro deve ser enfatizado: a eliminação do “inimigo interno” e a limpeza correspondente do corpo social. (ROCHA, 2021, p. 2)

No discurso bolsonarista, a busca pela hegemonia cultural e o impulso de eliminação do adversário pretendem conduzir o país ao caos social, à paralisia da administração pública e até a negação da realidade e o desprezo pela ciência – o que, para Rocha (2021), foi comprovado por sua condução criminosa e pela postura negacionista de seus apoiadores durante crise sanitária provocada pela Covid-19. Essa necessidade de exterminar aquele que se opõe, assim como o apelo à religião e ao nacionalismo, com efeito, remontam preceitos fascistas mascarados de conservadorismo e é alimentada em cada aparição social, *live* e compartilhamento de teorias conspiracionistas nas redes sociais (RODRIGUES, 2022).

Nesse sentido, a composição da SD4 (“a direita surgiu de verdade em nosso país”, “nossa robusta representação no congresso”, “a força dos nossos valores”, “somos pela ordem e pelo progresso”), com a mobilização de elementos como “robusta”, “força”, “valores”, “ordem” “progresso” e o uso recorrente de slogans que se relacionam no intradiscurso com períodos de ultranacionalismo atrelados às (também recorrente, como vimos anteriormente) menções à pátria e as cores da bandeira invocam essa absolutização. A própria frase “Deus, pátria, família e liberdade”, que foi um dos slogans de seu governo e proferida em último discurso oficial (SD4), tem uma relação estreita – uma paráfrase – com a Ação Integralista Brasileira (AIB) comandada por Plínio Salgado. O documento que ficou conhecido por Manifesto de Outubro, publicado em 1932 pela AIB, mobilizava os mesmos conceitos de forma muito semelhante, com exceção de “liberdade” (ALMEIDA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória que compõe a forma e os questionamentos desta pesquisa teve início no dia em que Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República. Assisti àquela cerimônia de posse de 1º de janeiro de 2019 em um local público e, em meio a tantas emoções incômodas, me senti particularmente frustrada por não compreender como aquela figura de palavras belicosas atraía o apoio e o afeto de tantas pessoas. Embora cursasse o último ano da graduação em Direito e discutisse “a crise democrática” com meus professores e colegas de turma, percebi que o estudo das leis, por si só, não me aproximava do entendimento que desejei ter naquele momento. Por que ele? O que ele disse ou diz, e como o faz? O que nós, eleitores brasileiros, ouvimos e desejamos ouvir? Meses antes, havia descoberto a AD através das aulas incríveis da professora Fernanda Mussalim, que ministrava na Universidade Federal de Uberlândia, no bloco ao lado, e me questioneei se os analistas do discurso poderiam fornecer uma resposta para todas aquelas perguntas. Na época, comecei a ler autores que pesquisavam o discurso bolsonarista e, em outubro, submeti o meu anteprojeto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos poucos, compreendi que não era sobre encontrar uma resposta universal, mas elaborar os meus questionamentos. Com auxílio do meu orientador, Daniel, e dos professores fantásticos da Pós, pude delimitar meu tema e incluir novas questões em meu trabalho, desta vez ciente de que a AD não se propõe a solucionar um mistério, mas, a contragosto dos meus anseios de principiante, construir uma análise. Durante essa jornada de quase quatro anos, que coincidiu com o início e o fim do mandato do presidente a que me propus investigar, diversos acontecimentos trouxeram a necessidade de adaptar as minhas ideias iniciais de pesquisa e a relação com os estudos em AD. Assim que as aulas começaram, no primeiro semestre de 2020, as atividades presenciais da universidade foram parcialmente suspensas com a chegada da covid-19. A postura de Bolsonaro frente à crise sanitária que assolou o país foi alvo de inúmeras críticas no cenário político mundial e, diante daquela sucessão de eventos catastróficos, respaldada pelo negacionismo científico e por um apoio devoto de parte da sociedade brasileira às suas declarações, o discurso mobilizado por ele e seus apoiadores tornou-se cada vez mais objeto de investigação em AD. Em meio às tantas transformações desse discurso, e às várias e abrangentes produções científicas que passaram a despontar continuamente – não apenas no

campo da Linguística, mas dentro da comunidade acadêmica como um todo - pensar uma proposta que possa agregar às discussões já levantadas tem sido um enorme desafio.

Esta dissertação foi dividida três capítulos. Na primeira parte, procurei localizar e delimitar os espaços teóricos que seriam atravessados pelo *corpus* no decorrer do trabalho. Introduzi o texto com algumas reflexões sobre o percurso da democracia (BOBBIO, 1985) e do autoritarismo no Brasil, com base nas obras de Schwarcz (2019) e Anderson (2019), e através das ideias de Foucault (2019 [1969]) sobre história e memória, e Pêcheux (1999) sobre memória discursiva. No tópico seguinte, trouxe os estudos de Silva (2020) sobre as performances cômicas presentes na trajetória política de Bolsonaro para discuti-las como elementos fundamentais da construção da sua popularidade como deputado federal e candidato à Presidência da República. Ambas as reflexões são pontos de partida importantes para compreender, como vimos posteriormente em Laclau (2005), a relação entre eleitos e dos eleitorados no cenário político brasileiro e a capacidade de mobilização dos afetos no discurso populista.

Essa relação foi aprofundada no segundo capítulo, dedicado aos pressupostos teóricos da pesquisa. Nessa parte, resgatei alguns conceitos básicos do estruturalismo saussuriano e, na sequência, os relacionei às ideias desenvolvidas por Laclau (1985, 2005) e Mouffe (1985) sobre a hegemonia e a teoria do discurso populista. Abordamos os conceitos como demandas populares e sociais, vagueza, significante vazio, postura antissistema, e articulação do inimigo (LACLAU, 2005). Nota-se que essa teoria foi publicada há quase 20 anos e, embora seja atual e abrangente em termos metodológicos, foi escrita em um período em que as ferramentas digitais ainda não haviam alcançado tão amplamente a esfera política. Nesse sentido, passamos a discutir os impactos da digitalização de forma independente aos preceitos laclauianos, perpassando por conceitos como o ativismo algorítmico de Djick (2013) e a percepção da popularidade de Maly e Beekmans (2018) para, ao final, relacioná-los à sua teoria do discurso. Delineamos alguns paralelos entre política e digitalização. Vimos que o advento da internet modifica os fluxos tradicionais de compartilhamento de informação e da relação entre povo e líder, além de expandir e transformar, em diferentes aspectos, as possibilidades de funcionamento do discurso populista (CESARINO, 2019, 2020, 2022).

Finalmente, no terceiro capítulo, passamos à análise do *corpus*. Essa última parte foi dividida em cinco tópicos, os quais abordaram os discursos oficiais proferidos por Jair Bolsonaro na cerimônia de posse da Presidência da República em 1º de novembro de 2019 e

após a sua derrota eleitoral em 1º de novembro de 2022, assim como os excertos de entrevistas, declarações públicas, postagens e do seu plano de governo – esses últimos selecionados com o propósito de complementar as menções presentes nos outros dois textos.

No primeiro tópico, apresentamos algumas leituras sobre as manifestações de junho de 2013 (IASI, 2013; GOHN, 2014; NOBRE, 2022), relacionando-as à teoria do discurso no que diz respeito ao processo de equivalência de demandas (LACLAU, 2005) que ocorreu, em linhas gerais, pela transição simbólica de uma manifestação pela redução da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo/SP a uma onda de protestos em todos os estados do país, compostos por pessoas diversas e frutos de queixas inumeráveis, como o fim da corrupção, a melhora da saúde e da educação pública, a não realização da Copa do Mundo, entre tantos outros. O plano de governo submetido por Jair Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cinco depois e, nesse sentido, representaria uma resposta às demandas sociais vagas, sendo a vagueza, no sentido laclauianos, um atributo fundamento de seu discurso populista – questão essa que foi tratada no tópico seguinte. A partir dessas análises auxiliares, passamos a investigar o pronunciamento inaugural da cerimônia de posse em 2019. Em suas sequências discursivas, constamos o aparecimento do discurso antissistema e da articulação do inimigo, bem como o uso da religião (nos usos de “Deus”, “milagre”, “orar” e da palavra “ideologia” como legitimadoras da posição do candidato recém-eleito (ZÚQUETE, 2017; DEHANAS; SHTERIN, 2018, FINCHELSTEIN, 2020).

A questões teóricas associadas à digitalização na política foram contrapostas ao *corpus* nos últimos dois tópicos do trabalho. Na declaração oficial que marcou o fim de seu mandato, Bolsonaro fez menção à “censura nas redes sociais” como proposta antidemocrática de seus adversários, e ao crescimento de uma nova direita no Brasil como um dos sucessos da sua atuação no Poder Executivo. Também no discurso inaugural de posse, o líder foi aclamado pelas pessoas que o assistiam no Palácio do Planalto ao fazer referência à comunidade de apoiadores que ele construiu através das redes. De modo a explorar a profundidade das alegações de Bolsonaro em ambos os seus discursos, exploramos alguns recortes referentes a sua própria presença nas mídias sociais, recorrendo aos estudos sobre o que Cesarino (2019) chamou de bolsoesfera e à (re)produção da gramática bolsonarista (SAMPAIO; SILVA, 2017; CESARINO, 2019) na internet em uma lógica semelhante, em forma e efeitos de sentido, à figura do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (VARIS, 2020; TRAUMMAN, 2020).

Finalizamos o último capítulo traçando paralelos entre os pronunciamentos oficiais e acrescentando alguns comentários finais sobre a postura evasiva – dessa vez pela evitação, e não pela vagueza nos termos laclauianos – que o então presidente assumiu nos últimos meses de seu mandato e os seus efeitos de sentido. Percorrendo uma das máximas da ciência política de que “a não decisão é também uma forma de decisão” (BACHRACH; BARATZ, 1963 apud LOPES, 2020), sustentamos que Bolsonaro também assume discursivamente, para além das reflexões que construímos sobre a lógica do discurso populista, a ambiguidade como método (LOPES, 2020; ALMEIDA, 2022). No que se refere ao seu último discurso oficial como Presidente da República, vimos que esse elemento se faz presente não apenas pela omissão em relação aos bloqueios rodoviários e protestos antidemocráticos que, meses depois, acabariam em atos de depredação do Congresso Nacional, mas também porque, como vimos no decorrer da pesquisa, a postura antissistema e a articulação do inimigo a ser eliminado que ecoa nesse e em tantos outros enunciados convoca a violência como resposta política. Em nome do “mito”, e através de uma lógica discursiva populista, o bolsonarismo não só buscou a hegemonia cultural pelas vias do afeto (RODRIGUES, 2022), ele também construiu a necessidade de exterminar o adversário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. P. M. de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. *RUA*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 353–376, 2022. DOI: 10.20396/rua.v28i2.8671122. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8671122. Acesso em: 10 fev. 2023.
- ALMEIDA, J. Cantor garante que é um dos 70 milhões de marqueteiros de Bolsonaro e manda recado: “Não recebo nem um centavo por isso”. *TV Foco*. São Paulo, 20 out. de 2018. Disponível em: www.otvfoco.com.br/cantor-garante-que-e-um-dos-70-milhoes-de-marketeiros-de-bolsonaro-e-manda-recado-nao-recebo-nem-um-centavo-por-isso/. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ALMEIDA, R. *Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”*. São Paulo: Ponto Urbe, 2018.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Tradução: Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. *Da noção retórica de ethos à análise do discurso*. In: AMOSSY, Ruth. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- ANDERSON, P. *Brazil Apart: 1964-2019*. London: Verso. 2019.
- BEEKMANS, I.; MALY, I. Research report: analyzing Facebook's Guidelines for publishers. *DiggIt Magazine*, 2018.
- BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BLOMMAERT, J. Political discourse in post-digital societies. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. v. 59, n. 1. 2020. DOI: 10.1590/01031813684701620200408. Disponível em: research.tilburguniversity.edu/en/publications/political-discourse-in-post-digital-societies-2. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Plano de Governo*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 2019. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br/acervo. Acesso em: 30 set. 2022.
- BRASIL. Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). *Discursos de Posse Presidencial do Presidente Jair Bolsonaro*. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair. Acesso em: 30 set. 2022.
- BRASIL. Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) *Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio da Alvorada em 1º de novembro*. Brasília: Palácio da Alvorada, 1º de novembro de 2022. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-no-palacio-da-alvorada-1. Acesso em: 25 set. 2022.

BRUM, E. How a homophobic, misogynist, racist ‘thing’ could be Brazil’s next president. *The Guardian*. 2018. Disponível em: www.theguardian.com/commentisfree/2018/oct/06/homophobic-misogynist-racist-brazil-jair-bolsonaro. Acesso em: 20 dez. 2022.

BUTTURI JUNIOR, A. *Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade*. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Política*. São Paulo/Rio de Janeiro, 29 out. 2018. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acesso em: 10 fev. 2021.

CESARINO, L. *On Digital Populism in Brazil*. *PolLAR: Political and Legal Anthropology Review*. 2019. Disponível em: polarjournal.org/2019/04/15/on-jairbolsonaros-digital-populism. Acesso em 20 jun. 2022.

_____. A virada digital do populismo. [Entrevista concedida a] João Vítor Santos. *IHU*, São Leopoldo/RS, 20 jul. 2020.

_____. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 91-120. 2020.

_____. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D.; *Dicionário de Análise do Discurso*. (Coord. da tradução: Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CRAVEIRO, R. Comunidade internacional condena o “Capitólio brasileiro”. Brasil: Democracia sob ataque. *Correio Braziliense*. Brasília, 9 jan. de 2023. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5064614-comunidade-internacional-condena-o-capitolio-tupiniquim.html. Acesso em: 10 jan. 2023.

DEHANAS, D. N.; SHTERIN, M. Religion and the rise of populism. *Religion, State & Society*, p. 177-185. 2018. DOI: 10.1080/09637494.2018.1502911. Disponível em: www.tandfonline.com/loi/crss20. Acesso em: 17 nov. 2022.

DJICK, V. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. : *Oxford University Press*, Oxford & New York, 2013.

ESTILLAC, B. Discurso dúbio de Bolsonaro permite diferentes interpretações. *EM*. Política. Belo Horizonte, 1 de nov. de 2022. Disponível em: www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/01/interna_politica,1416079/analise-discurso-dubio-de-bolsonaro-permite-diferentes-interpretacoes.shtml. Acesso em 10 jan. 2023.

FALTAY, P. *Máquinas paranoides e sujeitos influenciáveis: conspiração, conhecimento e subjetividade em redes algorítmicas*. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação e Cultura), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, 2020.

FARACO, C. A. Jair Bolsonaro: A miséria do populismo e a linguagem autoritária. *Aglo Anuário de Glotopolítica*. v. 1, n. 3, pp-101-109, 2020.

FINCHELSTEIN, F. *Do fascismo ao populismo na história*. (Tradução: Jaíme Araújo), São Paulo: Almedina. 2019.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1969].

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1970].

FRANKFURT, H. *On Bullshit*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

GOHN, M. G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOLDSTEIN, A. *Bolsonaro: La democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires: Marea Editorial. 2019.

HARRIS, B *et al.* Lula wins Brazil presidential election in historic comeback. *Financial Times*. Brazilian Politics. Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. 31 out. de 2022. Disponível em: www.ft.com/content/979d9f22-eb96-46a8-a8c8-31e1cb452091. Acesso em: 10 nov. 2022.

IASI, M. L. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In: MARICATO, Ermínia *et ali.* Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.

JACQUEMET, M. *Bullshit artist: Straining for charisma. Language in the Trump era: Scandals and Emergencies*. p. 107-118. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
_____. *The Digitalization of the Asylum Process (and the Digitizing of Evidence)*. Ohio: Ohio University Press, 2019.

KLEMPERER, V. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. (Tradução: Miriam Oelsner) São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
_____. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London. Verso, 1985.

MAIA, G. “Não vejo nada demais” em pedir para fechar Congresso e STF, diz Bolsonaro. *Veja*. Radar. 23 ago. de 2022. Disponível em: veja.abril.com.br/coluna/radar/nao-vejo-nada-demais-em-pedir-para-fechar-congresso-e-stf-diz-bolsonaro/. Acesso em: 30 out. 2022.

MAINGUENEAU, D. [1984] *Gênese dos discursos*. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.

MELO, T. Protestos e tensão marcam ambiente pós-eleitoral no Brasil. *DW*. Política. Brasília, 1º de nov. de 2022. Disponível em: www.dw.com/pt-002/protestos-e-tens%C3%A3o-marcam-ambiente-p%C3%B3s-eleitoral-no-brasil/a-63616868. Acesso em: 2 jan. 2022.

MILLER, Daniel. *Digital Anthropology*. v. 1, n. 1, p.1-15, London: The Cambridge Encyclopedia of Anthropology, 2018.

NOBRE, M. *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

PAZ, L. *Protestos e tensão marcam o ambiente pós-eleitoral no Brasil*. [Entrevista concedida a] Thiago Melo. p. 1-2. Bona: Deutsche Welle, novembro, 2022.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas: Pontes, 1999, p.49-50.

PINOTTI, F. Sem citar nomes, Carlos e Eduardo Bolsonaro reagem ao pronunciamento de Mourão. *CNN*. Política. São Paulo, 1º de janeiro de 2023. Disponível em: cnnbrasil.com.br/politica/sem-citar-nomes-carlos-e-eduardo-bolsonaro-reagem-ao-pronunciamento-de-mourao/. Acesso em: 10 jan. 2023.

PORCELLA, I. Bolsonaro faz ameaça velada ao STF e diz que “ninguém manda na República”. *Estadão*. Política. São Paulo, 23 set. de 2022. Disponível em: estadao.com.br/politica/bolsonaro-faz-ameaca-velada-ao-stf-e-diz-que-ninguem-manda-na-republica/. Acesso em: 30 out. 2022.

ROCHA, J. C. *O curto à morte forjou o “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”*. [Entrevista concedida a] Ricardo Machado. IHU, São Leopoldo/RS, 30 março de 2021. Disponível em: ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/607920-o-culto-a-morte-forjou-o-brasil-acima-de-tudo-deus-acima-de-todos-entrevista-especial-com-joao-cezar-de-castro-rocha. Acesso em: 10 nov. 2021.

ROMERO, H. Bolsonaro defende usar armas para garantir a democracia. *Exame*. Brasília, 17 maio de 2022. Disponível em: exame.com/brasil/bolsonaro-defende-usar-armas-para-garantir-a-democracia/. Acesso em: 10 fev. 2022.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

SCHWARCZ, L. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, C. G. C. *O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SILVA, D. N. A pragmática do caos: analisando a linguagem antidemocrática de Bolsonaro. *Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas*, v. 59, n. 1, p. 507-537. 2018.

SAMPAIO, R. C.; SILVA, L. R. L. Impeachment, Facebook e discurso de ódio: a incivilidade e o desrespeito nas fanpages das senadoras da república. *Esferas*, v. 6, n. 10, 2017.

STAVRAKAKIS, Y. Discourse theory in populism research. *Journal of Language and Politics*, London, v. 16, n. 4, p. 523-534, 2017.

TRAUMANN, T. Bolsonaro usa a ambiguidade como método. *Poder 360*. p.1-7. 2019. Disponível em: poder360.com.br/opiniaio/governo/bolsonaro-usa-a-ambiguidade-como-metodo-diz-traumann/. Acesso em: jan. de 2022.

VARIS, P. Trump tweets the truth: metric populism and media conspiracy. *Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas*, v. 59, n. 1., .2020.

ZÚQUETE, J. P. *Populism and Religion*. The Oxford Handbook of Populism. New York: Oxford University Press. p. 565-590. 2017

ANEXO A – DISCURSO DE POSSE NO CONGRESSO NACIONAL

Congresso Nacional, 01 de janeiro de 2019.

Excelentíssimo presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira,

Senhoras e senhores chefes de Estado, chefes de Governo, vice-chefes de Estado e vice-chefes de Governo, que me honram com suas presenças.

Vice-presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar de Agulhas Negras,

Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro, deputado Rodrigo Maia, Ex-presidentes da República Federativa do Brasil, senhor José Sarney, senhor Fernando Collor de Mello,

Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli,

Senhoras e senhores ministros de Estado e comandantes das Forças aqui presentes,

Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, Senhoras e senhores governadores,

Senhoras e senhores senadores e deputados federais,

Senhoras e senhores chefes de missões estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro,

Minha querida esposa Michelle, daqui vizinha Ceilândia,

Meus filhos e familiares aqui presentes – a conheci aqui na Câmara.

Brasileiros e brasileiras,

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre, Obrigado, meu Deus!

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância

política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “Ordem e ao Progresso”.

Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem o seu trabalho.

Eles merecem e devem ser respeitados!

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.

Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, todo setor produtivo terá um aumento da eficiência, com menos regulamentação e burocracia.

Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história.

Um capítulo no qual o Brasil será visto como um País forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.

Senhoras e senhores Congressistas,

Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

ANEXO B – DISCURSO DE POSSE NO PALÁCIO DO PLANALTO

01 de janeiro de 2019, Palácio do Planalto.

Meu prezado general,

Paula,

Minha esposa,

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa.

Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso. Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados.

Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. Com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e noite, perseguir o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.